

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS AGRÁRIAS**



Dissertação

Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS.

Maria Regina Caetano Costa

Pelotas, 2006

MARIA REGINA CAETANO COSTA

**AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO HEREDITÁRIA: ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO, RS.**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Agronomia da Universidade Federal
de Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Ciências.**

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2006

Banca examinadora:

Profº Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Profº Dr. Hólvio Debli Casalinho

Profº Dr. José Geraldo Wizniewsky

Profº PhD. Lúcio André de Oliveira Fernandes

Dedicatória

Aos meus pais, (Maria e Osmarino) pelo amor, apoio e por sacrificarem seus sonhos a favor dos meus. Agradeço pela oportunidade de continuarmos juntos.

Ao meu irmão, (Ricardo) que entre uma atividade e outra, sabia que acreditar e investir em mim valia à pena. Quem eu sempre admirei e tive como exemplo a seguir.

Aos meus sobrinhos, (Rodrigo e Guilherme) pelo afeto que nos une, pois também fazem parte da minha história.

A memória, da minha avó (Bela) que também foi uma trabalhadora rural, tendo forte vínculo com a terra; quem sempre nos amou sem pedir nada em troca e do meu tio (Itamar) homem digno e trabalhador que nos deixou antes que esse trabalho fosse concluído.

Agradecimentos

Abordar temas geradores de conflito em um município onde as pessoas possuem pouca esperança, que se seguram à propriedade como o que restou de uma vida de trabalho, remeteu-nos a constante análise. Ao mesmo tempo percebemos que nossa trajetória acadêmica e profissional muitas vezes não nos dá o suporte para conviver com essas situações. Falar em Transmissão de Patrimônio Fundiário em Morro Redondo foi um desafio; sendo este tema também fruto de muita preocupação para as famílias rurais.

Ficaram transparente as falas carregadas de sofrimento e o sentimento dos pais ao verem seus filhos indo embora em busca de oportunidades, deixando-os na maioria dos casos sozinhos, idosos, com necessidade de cuidados, e com a responsabilidade de manter indivisível o patrimônio da família, enquanto tiverem condições de trabalhar.

Enfim, inúmeras foram às dúvidas, angústias e descobertas, e para percorrer este caminho, muitas pessoas foram fundamentais, no qual eu não poderia deixar de externar meu sincero agradecimento:

A Deus, por dar-me saúde física, mental e emocional para elaborar este trabalho.

Aos Agricultores Familiares de Morro Redondo, que dividiram conosco suas conquistas e angústias, contribuindo com as informações para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Aos Colaboradores e Associados da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda - COAGRO, pessoas que tive um imenso prazer em trabalhar (1995 a 1999) e compartilhar assuntos sobre agricultura.

Ao meu orientador Professor Dr. Flávio Sacco dos Anjos, que durante minhas idas e vindas, fez-me acreditar que poderíamos construir algo melhor.

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Agronomia (FAEM) Carlos Mauch, Luiz Antônio Veríssimo Corrêa, José Geraldo Wizniewsky, João Carlos Costa Gomes, Hélio Debli Casalinho, Mário Conill Gomes, Manoel Maia.

Ao Professor Lúcio Fernandes pela disponibilidade em participar da banca examinadora, contribuindo com sugestões e correções.

À Direção da Escola Nosso Senhor do Bonfim de Morro Redondo, pela liberação para realização das entrevistas, especialmente à Diretora Raquel e os alunos entrevistados.

Ao cartório Mezzari (Pelotas, RS) pelas informações oferecidas sobre o registro de terras.

À Elena Pires, que muito me estimulou a reconstruir meu caminho.

Aos meus amigos, e aos colegas: Kitta Fiúza, Marina de Medeiros, Cassiane Paixão, Leonardo Galli, Ana Isquierdo, Helen Isquierdo, Silvio Alves, Eurico dos Santos, Fernando Cortez, Ivete Pastro, Vânia Lionço, Flávio Cunha, Rosa Lucas, Marta Coelho, Flávia, Nádia Caldas, Rafael Figueiredo, Antônio Bezerra, Tedy Costa.

Enfim, a todos que cruzaram meu caminho nesta fase e dividiram comigo diversos momentos e sentimentos, agradeço de coração pela solidariedade.
OBRIGADO!

Resumo

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária: Estudo de Caso no município de Morro Redondo, RS.** 2006. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A agricultura familiar reúne uma diversidade de situações e, para sua reprodução, é obrigada a lançar mão de estratégias adequadas às condições do meio no qual está inserida. Em se tratando do processo sucessório, esta situação não é diferente. Atualmente o número de filhos é menor e o êxodo rural atinge os estratos mais jovens da população. Esse quadro acarreta o envelhecimento da população, ao qual soma-se um crescente processo de masculinização em face do predomínio feminino nos fluxos migratórios.

Mas o cenário atual reserva outras mudanças e dificuldades em relação à sucessão hereditária na Agricultura Familiar. Elas decorrem dos obstáculos que experimentam certas explorações de encontrar sucessores diante do menor número de filhos ou do desinteresse de muitos jovens de assumirem a condição de agricultor. Não são incomuns as situações de conflitos, em que pese ser esse um momento crucial na trajetória de muitas famílias rurais. Por essa forma, a realidade atual evidencia um novo cenário no qual modificam-se totalmente os quadros de referência que orientavam as escolhas dos agricultores. As atividades agropecuárias sofreram mudanças de grande importância tais como: a urbanização do campo, a queda das rendas agrárias e outros fatores que conjuntamente contribuem para a crise de perspectivas a que se acham submetidas muitas famílias rurais. O presente estudo examina essas questões à luz de recente pesquisa interinstitucional realizada pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPel e o Programa de Pós-graduação da UFRGS envolvendo a aplicação de 62 questionários e a realização de 33 entrevistas semi-estruturadas.

A partir da análise das informações e com base na teoria específica foi possível observar uma crise de expectativas na agricultura familiar do município de Morro Redondo. Quanto à sucessão hereditária, é possível revelar que além das mulheres os homens também estão deixando o campo, em busca de melhores expectativas de vida. A educação continua servindo como passaporte para aqueles que tem intenção em

deixar a propriedade familiar. Diante da falta de perspectivas profissionais para os jovens, torna-se cada vez mais difícil encontrar um sucessor para as unidades familiares.

Palavras- chave: Agricultura Familiar. Sucessão Hereditária. Sociologia Rural.

ABSTRACT

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária: Estudo de Caso no município de Morro Redondo, RS.** 2006. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Familiar agriculture joins different situations and for its reproduction must get adequate strategies according to the environment where it is inserted. About succession process, this situation is not different. Nowadays the less quantity of children and rural exodus reach the youngest population stratus. Because of that the population grows older, added to a crescent process of masculine predominance because of feminine predominance in migratory flows.

But the present scenery reserves other changes and difficulties about hereditary succession in familiar agriculture. This happens because certain properties suffer obstacles to find successors before the less quantity of children or the disinterest of young people to assume their farmer condition. It is not rare the appearance of conflictive situations, although this is a crucial moment of several rural families trajectory. In this way the reality nowadays shows new scenery where the reference that guided farmer's choices changes totally. Agrarian activities suffered very important changes like: country urbanization, low agrarian returns and other factors that together contribute for the crisis of expectations that several rural families have. This work examines these questions considering a recent inter-institutional investigation done by UFPel's Agrarian Social Sciences Department and the UFRGS' Postgraduate Program that involved the application of 62 questionnaires and did 33 semi-structured interviews. Base on analysis information and specific theory was possible to observe an expectation crisis in familiar agriculture at Morro Redondo County. About hereditary succession, is possible to reveal that beyond women, the man are leaving the farmers too, searching for better way of life. The education continues to serve as a passport for those who want to leave the familiar property. Because of absence of professional opportunities for young people, becomes more and more difficult to find a successor for familiar unities.

KEY-WORDS: Familiar Agriculture. Hereditary Succession. Rural Sociology.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa do Município de Morro Redondo.....	48
Figura 2 - Família Colônia Colorado.....	57
Figura 3 - Família Colônia São Pedro.....	58
Figura 4 - Casal de agricultores Colônia Colorado.....	70
Figura 5 - Propriedade à venda na Colônia Passo do Vieira.....	71

Lista de Tabelas

Tabela 1	Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH e outros indicadores.....	51
Tabela 2	Outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo, RS.....	52
Tabela 3	Distribuição dos habitantes de Morro Redondo segundo o grau de instrução (anos de estudo).....	53
Tabela 4	Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a área total do município de Morro Redondo.....	55
Tabela 5	Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a superfície agrícola útil explorada.....	56
Tabela 6	Estratégias de trabalho em Morro Redondo, nos períodos de maior demanda.....	62
Tabela 7	Forma de obtenção da propriedade.....	65
Tabela 8	Qual dos cônjuges recebeu a herança.....	66
Tabela 9	Renda Agrícola e Renda Total das explorações familiares investigadas segundo a existência ou não de aposentados e/ou pensionistas da previdência social.....	68
Tabela 10	Distribuição dos entrevistados segundo a avaliação que fazem da situação atual com o período em que os pais trabalhavam na agricultura.....	72
Tabela 11	Opinião dos entrevistados diante da pergunta se vêem perspectivas na agricultura na atual conjuntura.....	73
Tabela 12	Distribuição dos estabelecimentos segundo a condição de pluriatividade.....	75
Tabela 13	Tipo das rendas segundo a natureza nos estabelecimentos familiares de Morro Redondo.....	76
Tabela 14	Opinião dos entrevistados quando perguntados se gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor.....	81
Tabela 15	Distribuição dos entrevistados segundo a existência ou não de sucessores na exploração.....	82

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFDLP - Agricultura Familiar Desenvolvimento Local e Pluriatividade

CEFET - Centro Estadual de Formação Tecnológica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAEM - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FEE - Fundação de Economia e Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Economia e Estatística

IDH - Índice de desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPFs - Unidades de Produção Familiares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 Problema de Pesquisa.....	16
3 Hipótese.....	19
4 Objetivo Geral.....	19
4.1 Objetivos Específicos.....	19
5 Justificativa.....	20
6 Metodologia.....	21
6.1 Análise do Conteúdo das Entrevistas.....	24
1 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO NO SUL DO BRASIL.	
1.1 Ocupação e Colonização.....	26
1.2 A Colonização Européia no Município de Pelotas	29
2 A DIMENSÃO TEÓRICA: A SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR.	
2.1 Universo das Unidades de Produção Familiares.....	33
2.2 A Organização da Exploração Familiar: a hierarquia e divisão do trabalho	35
2.3 O Modelo Tradicional de Transmissão de Patrimônio.....	38
2.3.1 Tipos de Herança.....	40
2.3.2 Predomínio do Minorato.....	41
2.3.3 A desigualdade de gênero no direito á terra: Formas de recompensar os demais herdeiros.....	42
2.4 A Sucessão Hereditária na realidade atual.....	44

3 O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA.	
3.1 O município de Morro Redondo-RS.....	48
3.1.2 Educação.....	52
3.1.3 Perfil socioeconômico das Unidades de Produção Familiares.....	54
3.1.3.1 Organização das UPFs.....	54
4 A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE MORRO REDONDO: LIMITES E POSSIBILIDADES.	
4.1. Composição da Família.....	57
4.1.2 Divisão do Trabalho Familiar.....	60
4.1.2.1 Tomada de Decisão.....	63
4.1. 3 Forma de obtenção das terras.....	64
4.2 Previdência Social Rural.....	67
4.3 A situação atual da Agricultura e do mundo rural na perspectiva dos entrevistados.....	71
4.3.1 Crise de expectativas.....	71
4.3.2 A incidência da pluriatividade.....	74
4. 3.3 Comercialização dos produtos.....	76
4.4 O Destino da Propriedade Fundiária.....	80
4.4.1 O atual contexto e as Estratégias Familiares.....	86
4.4.2 Educação e Sucessão Hereditária no discurso dos Jovens.....	90
CONCLUSÕES	94
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a agricultura familiar vem ganhando importância para o desenvolvimento rural, tanto nas ações dos movimentos sociais como das políticas públicas governamentais. Segundo os dados do INCRA/SADE, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupando uma área total de 30,5% e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional.

De acordo com o que revela a literatura, a combinação entre terra, trabalho e família assume, no tempo e no espaço, uma diversidade de formas sociais, além disso, a manutenção e ampliação da terra compõem o eixo central em torno do qual os agricultores familiares organizam suas vidas e seu trabalho. Como afirma Lamarche (1993), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade.”

Diante das dificuldades que enfrenta, tais como, escassez de terra, isolamento, política de preço, capital restrito, problemas de sucessão dentre outros, o agricultor familiar é levado a adotar estratégias diversificadas para garantir a sua reprodução social e econômica.

A investigação deste estudo centra-se sobre a questão sucessória no campo, sendo que, não raras vezes, ocorrem rupturas sem que se estabeleça uma nova geração de agricultores. A questão da sucessão tem uma posição ambígua: poderá conduzir a propriedade familiar uma nova perspectiva de atuação; ou a uma desorganização e degeneração de muitas famílias. Há também problemas estratégicos, de relacionamento, os quais muitas vezes deixam emergir conflitos internos que comprometem o desempenho da unidade.

Portanto, analisar as unidades de produção familiares sem levar em consideração a influência dos vínculos afetivos, emocionais e culturais da estrutura familiar, é um grande equívoco. Os filhos escolhidos como sucessores herdaram uma propriedade que podem não ter tido liberdade para escolher se é o que pretendiam para seu futuro, ou se a agricultura efetivamente representa uma atividade profissional almejada. Porém, o destino desta propriedade irá depender de como funciona a estrutura familiar, sendo usualmente a transmissão de patrimônio centrada em um único

sucessor, onde, na maioria das vezes, a família toma suas decisões de acordo com o direito costumeiro e as tradições arraigadas.

Segundo Silvestro et al, (2001), enquanto os processos sucessórios não forem objeto de discussões organizadas pelos movimentos sociais no campo, difícil será organizar uma política fundiária que contemple as regiões em que a agricultura familiar representa a forma social de produção dominante.

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro títulos. A parte introdutória reúne os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste trabalho, enfatizando o caráter científico da pesquisa, baseado em metodologia quantitativa e qualitativa. O primeiro título consiste em um resgate sobre o processo histórico do Rio Grande do Sul, identificando o contexto histórico. Neste sentido, nossa intenção foi ilustrar como se deu a formação da propriedade familiar no RS.

No segundo título, aborda-se a dimensão teórica sobre a sucessão hereditária na agricultura familiar, buscando-se os argumentos necessários para analisar a dinâmica interna das unidades de produção familiares com base na literatura existente, investigando como se reproduzem ao longo das gerações.

O terceiro título enfoca o contexto empírico correspondente ao município de Morro Redondo, tomado aqui como estudo de caso desta pesquisa. Dedicou-se a analisar o perfil socioeconômico das unidades de produção familiares e sua lógica de funcionamento.

No quarto título são apresentados dados quantitativos juntamente com os conteúdos oriundos das entrevistas realizadas, analisando, discutindo e comparando teoricamente os conteúdos extraídos a partir da pesquisa de campo. Abordou-se a percepção dos entrevistados, suas expectativas e perspectivas em relação ao processo sucessório, e fundamentalmente à situação da agricultura enquanto atividade profissional.

Problema de Pesquisa

A agricultura familiar¹, recorrendo as palavras de Wanderley (1998), sobre o campesinato brasileiro, não é uma categoria social recente, no entanto, no Brasil, surge como conceito fundamentalmente na primeira década dos anos 1990. Ao longo do período apareceu um grande número de estudos a respeito deste tema, o que permitiu sua incorporação como categoria analítica pelas Ciências Sociais. Também nessa década a implementação pelo governo federal do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, (PRONAF) veio somar-se a outras iniciativas sociais e sindicais que culminam com a legitimação desta forma social de produção, ainda que no plano eminentemente institucional.

Segundo o INCRA/FAO (1998) a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva;

Por agricultores familiares entendeu-se os produtores com acesso a uma área restrita de terra, cuja família atua na sua exploração como a principal força de trabalho, onde terra e trabalho estão intimamente ligados à família. O processo de trabalho se organiza com base em relações de parentesco, coordenado pelo pai que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser detentor de um saber agrícola. Assim, este processo de trabalho é o meio social de transmissão do saber agrícola que se dá também na prática cotidiana, da qual participam um ou mais dos membros familiares. Trata-se de um saber-fazer que será transmitido aos filhos através das atividades agrícolas, cujo processo trata de inserir os filhos na lógica de trabalho e produção,

¹ Tem-se como definição de agricultor familiar, todo aquele que tem na agricultura a principal fonte de renda (mais de 80%) e, cuja força-de-trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. (FAO-INCRA, 1996).

envolvendo a sua preparação para que no futuro, possam assumir definitivamente a propriedade familiar.

O fato é que do ponto de vista da investigação social as análises costumam privilegiar questões como: relações de produção, políticas públicas e outros temas que enfocam a situação dos agricultores, sem levar em conta outros aspectos como os que se propõe a abordar nesta pesquisa. **A análise está centrada no estudo sobre o que a literatura chama de práticas de sucessão hereditária, ou seja, quais são as estratégias utilizadas pelos membros da família no planejamento da transmissão do patrimônio em relação à sua própria descendência.**

A sucessão hereditária aponta, entre outros aspectos, para as preocupações das famílias rurais, envolvendo as escolhas dos agricultores que invariavelmente idealizam para seus filhos um futuro melhor, assumindo a percepção das prováveis dificuldades vivenciadas para quem permanece no campo, e dos que, por ventura, venham a ser excluídos do processo sucessório.

Analisando esses aspectos Lamarche (1993), argumenta que as estratégias familiares denotam duas evidências: em sua maioria os filhos permanecem no setor agrícola e até mesmo, freqüentemente, na própria exploração, porém existem expectativas diferentes para filhos e filhas.

É importante refletir sobre esses aspectos fazendo os seguintes questionamentos: o que leva um jovem agricultor (a) escolher pela permanência na propriedade? Que fatores o instigam, por outra parte, a buscar um caminho fora da unidade de produção familiar? Quais são as diferenças e semelhanças entre as expectativas de moças e rapazes em relação ao futuro da atividade profissional?

Segundo Abramovay (2003), o processo sucessório centrado no minorato², que propiciava a reprodução social e econômica de novas unidades de produção familiar, se esgota no final da década de 1960. A partir dos anos 1970 este processo torna-se indefinido, conflituoso e ameaçador para a continuidade da agricultura familiar.

Com propriedade Woortmann (1995), aponta claramente este impasse, inferindo que o dilema sucessório dá-se quando são introduzidos no universo da comunidade e

² Também chamado de ultimogenitura.

da família projetos individuais dos filhos, em oposição aos projetos coletivos enquanto unidade familiar.

Quanto às questões de gênero, convencionalmente a questão da terra é um tema de domínio masculino. Decorre, entre outros aspectos, da divisão de atividades onde, às mulheres são destinadas atividades leves. O trabalho no campo é focado no processo produtivo, sendo considerado rústico e duro para as mulheres.

Bourdieu³ (1999), quando analisa a economia dos bens simbólicos e estratégias de reprodução, relata que as mulheres são excluídas de assuntos públicos de maior relevância, especialmente dos econômicos, ficando confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência.

Para Camarano e Abramovay (1998), a masculinização no meio rural não deve ser vista como um processo natural, mas é oriunda de duas causas que estão associadas ao crescente êxodo feminino: a penosidade do trabalho, de um lado, e como expressão, de outro, da maneira como o poder se distribui no interior da família.

Diante dessa configuração é que se propõe a realização do presente trabalho, cuja ênfase centra-se na investigação sobre a forma como os grupos domésticos administram a questão sucessória, uma operação extremamente complexa do ponto de vista da agricultura familiar. Nesse sentido, poder-se-ia perguntar: **há limites aos procedimentos clássicos ou tradicionais (minorato, maiorato⁴) na atual conjuntura, em que o tamanho das famílias reduziu-se consideravelmente? Até que ponto a perda de importância da agricultura enquanto atividade geradora de renda altera a opção dos jovens rurais por permanecerem no campo e assumirem a propriedade paterna? Em suma, são estas algumas das questões a que se propõe a responder a partir de um estudo de caso realizado num dos municípios integrantes da microrregião de Pelotas, RS.**

³ O mundo social funciona como um mercado de bens simbólicos dominados pela visão masculina. [...] ser feminina é, essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade, e dizer de uma mulher de poder que ela é “muito feminina” não é mais que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder. (BOURDIEU, 1999, p.118).

⁴ Também chamado de Primogenitura.

Hipótese Central

As práticas de transmissão de patrimônio fundiário que vigoravam até meados dos anos 60, sofreram importantes modificações no âmbito da agricultura familiar gaúcha, a exemplo do município de Morro Redondo, como resultado de inúmeros fatores, tais como: a redução do número de filhos, e conseqüentemente de herdeiros potenciais ao patrimônio familiar; a queda das rendas agrícolas e, em decorrência, o interesse do jovem em assumir a profissão de agricultor; a unificação do mercado de trabalho urbano e rural com a ampliação do universo de possibilidades para os jovens do campo em exercerem outras profissões não necessariamente vinculadas à agricultura.

A seguir, seguem os objetivos propostos para desenvolvimento da pesquisa.

Objetivo Geral

Conhecer as estratégias de reprodução social, relativas ao planejamento e transmissão hereditária junto às Unidades Familiares de Produção do município de Morro Redondo, RS.

Objetivos Específicos

- a) Compreender o papel da hierarquia familiar no que afeta à tomada de decisão sobre a escolha dos herdeiros do patrimônio fundiário.
- b) Avaliar a maior proximidade entre os modos de vida rural e urbano vem produzindo transformações no sistema de referência do mundo rural, principalmente em relação à sucessão hereditária.
- c) Identificar as expectativas e aspirações dos jovens rurais em relação ao futuro e ao exercício da profissão de agricultor.

Justificativa

Realizar um estudo sobre sucessão e família, nos remete a uma análise realmente complexa. Em se tratando do meio rural, surgem as mais variadas preocupações, dentre elas a que afeta à existência ou não de sucessores, e de que maneira dar-se-á tal processo.

O tema corresponde à transmissão de patrimônio fundiário exprime a estrutura de poder no seio do grupo doméstico, a qual reflete em ações, sentimentos, emoções dos indivíduos. A existência de conflitos é freqüente, os quais podem atrasar a definição dos arranjos necessários ao pleno desenvolvimento do processo sucessório, podendo ameaçar o futuro da unidade de produção.

Refere-se a uma temática que vem apontando transformações que poderão comprometer o futuro da propriedade e dos membros da família. O êxodo rural acentuado dos jovens, associado ao envelhecimento da população, e a baixa escolaridade, levantam a discussão dos aspectos relativos à questão sucessória no campo. No entanto, é fato que, não há muitos estudos sobre agricultura familiar examinam a reprodução social e o ciclo geracional.

Examinando a natureza das relações no campo, muitas pesquisas deparam-se com inúmeras informações sobre a família rural, onde os padrões de casamento, herança, família e parentesco entram em cena revalorizadas para o entendimento do destino da agricultura brasileira. (ALMEIDA, 1986).

O que nos informa a literatura existente é que cada família poderá elaborar suas próprias estratégias (CARNEIRO, 2001). No entanto, as estratégias de sucessão hereditárias são pouco planejadas por parte das famílias, tanto no que diz respeito ao interesse de alguém em ficar na propriedade, quanto no que toca aos critérios sobre de que maneira ocorrerá essa escolha, e de como serão compensados os excluídos do processo sucessório. (SILVESTRO, 2001).

Com base nesta descrição pretendeu-se: conhecer e compreender o universo da unidade de produção familiar, enfocando as relações de poder dentro desta, no que diz

respeito à divisão social do trabalho, assim como a contribuição de cada um na manutenção e reprodução da própria unidade, bem como as práticas de sucessão hereditária no âmbito da Agricultura Familiar.

Acredita-se que com a realização deste estudo pode-se contribuir com o conhecimento da realidade e oferecer subsídios à formulação de políticas públicas orientadas ao fortalecimento do setor familiar da agricultura local e regional.

Metodologia

Toda a pesquisa nasce da busca de respostas frente a um determinado problema, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não estiver referido na vida prática. (MINAYO, 1999).

Segundo esta autora, “Toda a investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulados a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.” (MINAYO, 1999, p. 18).

Esta pesquisa acha-se vinculada a uma pesquisa mais abrangente, desenvolvida por pesquisadores vinculados aos Programas de Pós Graduação em Agronomia e de Desenvolvimento Rural da UFPel e UFRGS. Pesquisa, essa financiada pelo CNPq e intitulada “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul⁵.” Trata-se de um estudo de caso⁶ cuja execução implicou o uso combinado metodologia quantitativa e qualitativa. Em Morro Redondo, a pesquisa envolveu a aplicação de questionários em 62 estabelecimentos

⁵ Doravante referida, sinteticamente, como Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (2003), envolvendo 4 municípios do RS, sendo eles: Salvador das Missões, Três Palmeiras, Veranópolis e Morro Redondo; totalizando 238 estabelecimentos investigados. As informações reunidas nesta pesquisa compuseram um banco de dados (formato SPSS), com aproximadamente 1.200 variáveis.

⁶ “A importância de determinar os focos da investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada.” (LUDKE, M. 1986, p.22).
Pensa-se que os estudos de casos são imprescindíveis para testar as nossas hipóteses, uma vez que “a observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e, portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso.” (BECKER, 1999).

familiares. No marco metodológico da Pesquisa AFDLP, trabalhou-se com base em uma amostra de aproximadamente 10% do universo de explorações familiares existentes no município. No que diz respeito ao tipo de amostragem, utilizou-se a modalidade correspondente à “Amostragem Sistemática por Comunidade”, em que o erro amostral pode ser aproximado da “Amostragem Aleatória Simples.”

Paralelamente, utilizou-se de fontes secundárias para desvelar outros dados e características da realidade estudada.

Quanto à pesquisa qualitativa considera-se que,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1999, p. 21-22).

Com o propósito de aprofundar as questões atinentes à família, sua organização no espaço rural, estratégias de reprodução e o ciclo geracional, foram realizadas entrevistas semi-diretivas com auxílio de um roteiro de questões norteadoras⁷.

Considerando que um levantamento total das unidades de produção familiares seria difícil, pela complexidade, optou-se por estabelecer um perfil do município por meio de escolha aleatória, ou seja, dos agricultores familiares que estavam inseridos na pesquisa AFLDP.

A categoria de análise deste estudo são os agricultores familiares, que decidem suas ações, possuem uma propriedade territorial, cuja posse legal ainda pode pertencer aos pais. Estas famílias herdaram ou compraram a terra; o trabalho é desempenhado pelos membros da família, podendo recorrer ao uso de trabalho assalariado em alguns períodos de maior demanda de trabalho, os quais podem igualmente assalariarem-se em períodos de pouco trabalho. Desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas para complementar sua renda. No trabalho que desenvolvem procuram reproduzir, dentro de suas possibilidades, suas condições sociais de existência e assegurar esta possibilidade aos seus descendentes.

⁷ Roteiro Apêndice A e B.

O trabalho de campo teve como antecedentes uma pesquisa exploratória⁸ que realizou-se em outubro de 2004, ocasião em que estabeleceu-se contato com a Escola de Ensino Médio Nosso Senhor do Bonfim, situada no perímetro urbano de Morro Redondo. O objetivo desse primeiro contato era captar as primeiras impressões a respeito dos jovens estudantes desta escola, vinculados as explorações familiares, sobre seu futuro, sobre a atual situação na agricultura e o desejo de exercer ou não a profissão dos seus pais.

Por tratar-se de uma temática que envolve relações de poder, conflito de gerações, futuro das propriedades; optou-se em entrevistar os filhos⁹ dos agricultores fora da propriedade familiar, num total de 11 entrevistas, entre moças e rapazes. Entendia-se que fora da propriedade familiar, e dentro de um espaço que consideram seu (escola) estes jovens sentir-se-iam mais à vontade para dialogar sobre a relação família/ dinâmica de trabalho/ futuro da propriedade e outros aspectos de interesse.

Na segunda etapa da pesquisa recorreu-se as propriedades, visitando 9 localidades das 17 existentes, perfazendo um total de 23 entrevistas. Tinha-se o interesse de conhecer o local onde estas pessoas vivem suas histórias, suas expectativas para o futuro, incluindo o futuro da propriedade. Em alguns casos a entrevista ocorria com o chefe de família, acompanhada por sua esposa e filhos. Foi um contato informal, onde procurou-se deixar essas pessoas totalmente à vontade, para que se pudesse ter um diálogo o mais próximo da realidade, deixando que estes atores contassem suas vivências, experiências, e expectativas.

Consideradas essas informações, analisou-se os dados coletados na pesquisa AFDLP, apresentando-os por meio de tabelas, dados estes que foram confrontados com a análise do conteúdo das entrevistas. Paralelamente realizou-se uma aproximação com relação às informações registradas em fontes secundárias, buscando indicações que permitissem chegar aos objetivos propostos.

⁸ Nesta etapa utilizou-se como recurso o gravador para recolher depoimentos de agricultores e demais membros da família, com vista ao levantamento de questões de interesse da pesquisa.

⁹ Nesta etapa, o número de rapazes foi maior em relação ao número de moças. A escolha foi aleatória, no dia da entrevista os alunos estavam realizando prova e eram direcionados para a entrevista conforme o término da mesma.

Análise do Conteúdo das Entrevistas

Em todas as ações que envolvem indivíduos, é pertinente que as pessoas possam compreender o que ocorre uns com os outros. A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma relação estreita entre os indivíduos. (RICHARDSON, 1991).

Para analisar o conteúdo, as informações de uma pesquisa do tipo qualitativa, o entrevistador precisa estar atento não somente às respostas, mas aos gestos, expressões, entonações, sinais não verbais, ou seja, há que ater-se a análise escrita, e de qualquer comunicação oral, visual e gestual (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Portanto, é necessário a realização de leituras prévias para organizar idéias, conseqüentemente analisar os elementos e as regras que as determinam. (RICHARDSON, 1999, p. 224).

Para estruturar melhor a apresentação das informações obtidas estabeleceu-se algumas categorias, que foram extraídas do roteiro de questões utilizados para a entrevista.

Assim sendo, analisar o conteúdo tem como objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas. (CHIZZOTTI, 1991).

O primeiro procedimento após a realização das entrevistas foi a transcrição¹⁰ do conteúdo contido nas fitas K7; o próximo passo foi a leitura atenta e minuciosa de cada entrevista com o objetivo de compreender melhor o discurso extraído de cada uma delas o conteúdo que seria utilizado para atender aos objetivos propostos. Conforme Demo (2000), para que a fala de alguém seja transformada em argumento são necessárias algumas condições metodológicas “[...] interessam depoimentos que atinjam em cheio a problemática em questão, ou seja, cuja pertinência seja clara.” (p.155).

Em linhas gerais, foram seguidas as seguintes etapas para estruturar e concluir o conteúdo das entrevistas:

¹⁰ Após o término das entrevistas teve-se como prioridade a realização das transcrições e elaboração de análises prévias. Conforme Richardson (1999), “Isso é necessário, pois podem surgir aspectos não compreensíveis ou, ainda uma gravação estragada que exija uma nova entrevista com determinada pessoa.” (p. 214).

- a) Apresentação dos objetivos do estudo aos entrevistados, seguida da verbalização das perguntas e o registro das entrevistas;
- b) Leitura dos textos transcritos;
- c) Seleção dos trechos das entrevistas que fundamentavam os objetivos propostos;
- d) Construção de categorias com base nos trechos selecionados;
- e) Extração dos trechos selecionados das entrevistas, de acordo com as categorias construídas;
- f) Estruturação da redação;

Em se tratando da definição de categorias partiu-se de temas pertinentes aos objetivos da pesquisa com base nos trechos¹¹ retirados das entrevistas. A partir da seleção dos trechos de cada entrevista e da definição das unidades de conteúdo, foram realizados recortes, agrupamentos dos temas específicos, procurando assim buscar semelhanças do conteúdo analisado, havendo sido elaboradas as seguintes categorias:

- a) Composição da família
- b) Divisão do trabalho familiar
- c) Tomada de decisão
- d) Forma de obtenção das terras
- e) A incidência da pluriatividade
- f) Comercialização dos produtos
- g) Previdência Social Rural
- h) O Destino da propriedade fundiária
- i) O atual contexto e as estratégias familiares
- j) Educação e Sucessão Hereditária no discurso dos jovens

Estes foram os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento dessa pesquisa. O próximo título é dedicado a realizar uma abordagem histórica sobre o processo de colonização que culminou com a formação do setor de agricultores familiares no Extremo Sul gaúcho e, particularmente, no município de Morro Redondo que, como aludiu-se anteriormente, representa o contexto socioeconômico dessa pesquisa.

¹¹ Na transcrição das entrevistas manteve-se a linguagem original dos entrevistados, além disso, para preservar a identidade dos mesmos os nomes foram substituídos por letras.

1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO NO SUL DO BRASIL.

1.1 Ocupação e colonização

O Rio Grande do Sul é um estado marcado por diferentes formas de ocupação. Sobre a Imigração e Colonização no Rio Grande do Sul, (LANDO e BARROS, 1992) relatam que os imigrantes que se dirigiam para este estado eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Estes imigrantes recebiam terras do governo imperial, localizadas próximo de algum centro urbano, porém relativamente distantes das áreas da grande propriedade, para não representar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica. O processo de colonização deveria se concentrar em áreas que não fossem consideradas propícias às culturas desenvolvidas pelo latifúndio, no qual os grandes proprietários de terras dedicavam-se a atividades de criação de gado.

Durante o século XIX, o governo pretendia alcançar objetivos específicos. Dentre outras características, a política colonizadora pretendia: a) evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; b) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; c) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar. (op. cit, 1992).

Com o passar do tempo a terra, que não possuía valor econômico, era livre, passou a adquirir um novo significado com a concessão de sesmarias¹², (com área correspondente a 13.063 ha, ou o equivalente a 522.7 colônias¹³, que dependiam da doação do vice-rei), serviam à criação de gado em regiões de melhores p: Outro modelo de propriedade foi a concessão de datas (a extensão de 10

¹² Lote de terra inculca que os reis de Portugal cediam para cultivo.

¹³ A denominação de colônia foi designada pela legislação imperial às terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. (GIRON, 1980).

colônias de terra, podendo ser doadas pelo governador), geralmente destinadas à agricultura. Criou-se, assim, a propriedade da terra, que passa a ser tratada como mercadoria.

A colonização no Brasil por via oficial encontrava êxito nas áreas onde a ausência da grande lavoura propiciava a formação da pequena propriedade. No caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o imigrante vinha para colonizar, entrava imediatamente na posse da terra, fixando-se nela como pequeno proprietário rural. As primeiras iniciativas relativas à imigração ocorreram por volta de 1752, com imigrantes açorianos, em 1824 com os alemães, e em 1875 com a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos.

O Rio Grande do Sul foi o estado com maior desenvolvimento no processo emigratório, onde se iniciou a maior colonização oficial do país. Este processo teve início em 1824 com a fundação da Colônia de São Leopoldo, que entre outras tantas, foi a que mais se destacou, por ter sido o primeiro núcleo colonial de iniciativa oficial nesta Província, como também por ser o centro onde partiram imigrantes para outras colônias, tornando-se o foco da irradiação da colonização alemã no RS. (FREITAS, 1987).

A estrutura criada pelo sistema de colonização oficial, que produziu e consolidou a pequena propriedade rural, ocorreu devido alguns fatores, foram eles: a concessão de vantagens à imigração estrangeira, o favorecimento de leis, a inexistência de concorrência entre latifúndio e pequena propriedade e o consumo dos centros urbanos que demandavam produtos das colônias emergentes.

Os imigrantes alemães foram os que mais desenvolveram a agricultura familiar, porque tinham liberdade de escolher o que plantar e como produzir na sua propriedade por serem os pioneiros. Este modelo de produção se caracterizava pelo trabalho familiar e não assalariado em que pese a intensidade do trabalho depender do número de integrantes da família. Com o passar dos anos, quando foi possível produzir excedentes, estes eram comercializados para o reinvestimento na produção ou em melhorias para as condições de vida das famílias. Quanto aos imigrantes italianos, em relação aos alemães tiveram desvantagens, pois, além de comprar terras mais caras, também encontraram o comércio organizado e monopolizado pelos alemães. Se, por

um lado, isso beneficiava a comercialização de suas safras, por outro, seus produtos teriam que competir com os produtos alemães. Diante deste contexto, uma das soluções encontradas foi a especialização em certas culturas. A viticultura familiar expandiu rapidamente, em face da existência de um mercado em expansão no centro do país em comunidades de origem italiana. (FREITAS, 1987).

Referindo-se à colonização alemã e italiana Pesavento avalia dois momentos:

Com referência à vinda dos imigrantes alemães, preponderavam ao que parece, os interesses relacionados com o povoamento e colonização de área ainda virgem e com a possibilidade de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar, pelo seu peso, o poder de oligarquia regional. Não pode ser desconsiderada também nessa época, a perspectiva da diversificação da estrutura produtiva [...] Já com referência à vinda dos italianos, o interesse do centro ao que parece se prenderia, primordialmente, a dois fatores básicos: promover o abastecimento do mercado interno brasileiro gerado pelo complexo cafeeiro e formar, no sul, núcleos coloniais bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país. (PESAVENTO, 1985, p. 46).

Portanto, tanto os alemães como os italianos vieram para o Rio Grande do Sul ocupar terras que não estavam sendo ocupadas pelos fazendeiros gaúchos, as quais foram destinadas à produção de alimentos para suprir as necessidades da população sulina. Portanto, segundo Moure (1990), os imigrantes alemães e italianos fruto de interesses que estabeleceram a área geográfica a ser ocupada, o tipo de propriedade, com produção diversificada e mão-de-obra familiar esteve isolada do setor pecuarista gaúcho, pois tinham como princípio inicial garantir a subsistência, contudo, quando passaram a produzir excedentes, estes foram comercializados.

A exploração nas colônias caracterizou-se pela diversificação de culturas e associadas ao uso de técnicas agrícolas trazidas do velho continente e que foram adotadas à realidade local. Os imigrantes passaram por um processo de adequação ao ambiente, desenvolvendo técnicas inovadoras que lhes permitiram a sobrevivência, muitas das quais mantidas até os dias atuais.

Para Seyfert (1990), a diversificação da produção agrícola foi o fator econômico fundamental que derivou da colonização, sendo considerada a base da sobrevivência da unidade familiar de produção no sistema capitalista. Além disso,

[...] a exploração agrícola caracterizou-se pela policultura, pelo trabalho familiar e pela introdução de algumas plantas desconhecidas ou pouco utilizadas na região. A colônia, enquanto unidade mínima de sistema representa uma simbiose de elementos brasileiros, alemães, italianos, enfim europeus, que resultou em uma organização econômica e social diferente, tanto da que conheciam na Europa, como da que encontraram no Brasil. Esses colonos são diferentes dos caboclos, caipiras, roceiros, e outras categorias comuns no mundo rural brasileiro. Essa diferença se situa no plano da organização social da comunidade e da ocupação do espaço. (SEYFERTH, 1990, p. 30).

1.2 A Colonização Européia no Município de Pelotas

Em Pelotas, esses imigrantes não-portugueses¹⁴ chegaram por volta de 1885 para ocupar as terras do norte do município. Estas terras localizavam-se na Encosta da Serra dos Tapes, não sendo na época exploradas, correspondendo a terrenos acidentados e montanhosos, então considerados impróprios para a criação de gado. Os proprietários (luso-brasileiros) de estâncias, que haviam se instalado anteriormente, eram donos de grandes extensões de terra e tinham suas bases econômicas na criação de gado para alimentar as charqueadas.

Pelotas, uma das mais antigas sociedades do Rio Grande do Sul, “[...] veio a ser o centro de uma aristocracia, rica classe de senhores de escravos, constituída pelos grandes criadores de gado – os estancieiros – e pelos produtores da carne salgada em mantas – os charqueadores.” (GRANDO, 1990, p. 17).

A economia do município era fundamentada, basicamente, em torno do charque, dando origem as primeiras indústrias do RS. A indústria do charque representou o agente propulsor do desenvolvimento, vigor e riqueza do Estado sulino, constituindo ainda uma das atividades mais significativas na vida econômica no extremo sul gaúcho. Era produzido pela mão-de-obra escrava sendo destinada à alimentação destes trabalhadores e da população de baixa renda do país e inclusive do exterior.

O advento da lei áurea, e a concorrência do charque oriundo da região da Prata foram os principais causadores do declínio da produção gaúcha, principalmente a

¹⁴ Conforme Salamoni (2000), a colonização européia não-portuguesa modificou sensivelmente a fisionomia do território gaúcho, pois imprimiu um modo de organização social e econômica particular. “As colônias agrícolas, assim firmadas, reuniam condições que asseguravam a posse da terra aos agricultores, dando-lhes também aquele sentimento de dignidade a quem trabalha e procura produzir: a propriedade dos seus meios de produção.” (SALAMONI, 2000, p. 52).

pelotense¹⁵. Diante deste cenário, a imigração europeia tornou-se a nova motivação para a revitalização da economia gaúcha, que estava paralisada. No entanto, aos imigrantes não-portugueses foram concedidas apenas terras que não eram economicamente ainda exploradas pelos estancieiros pelotenses, porque não lhes interessavam, ou porque eram impróprias para a pecuária. As terras da Serra dos Tapes, desde o início da ocupação, foram destinadas à pequena propriedade familiar, formando assim os primeiros núcleos coloniais, que tinham como principal característica a policultura voltada para o autoconsumo e as atividades de pecuária de pequeno porte.

Neste sentido,

Toda a serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo na sua maioria alemães. Mas afluíram para lá também, espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias. (GRANDO, 1989, p. 73).

Inaugurava-se uma nova forma de produção e relação com as propriedades rurais. As colônias, na região de Pelotas, serviram para reativação do desenvolvimento regional, com o objetivo de suprir a produção de alimentos não produzidos pela agricultura local baseada na grande propriedade dedicada à pecuária extensiva. Dentre a classe de estancieiros e charqueadores surgiram elementos que perceberam no processo de colonização uma nova forma de enriquecimento. Sobrevinha a especulação fundiária, onde estes se apossavam de terras vizinhas às suas propriedades, mantendo para si as terras planas, transformando-as em colônias para vendê-las aos imigrantes. (GRANDO, 1990).

Este sistema de colonização privada era composto basicamente de camponeses teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e franco-brasileiros, os quais nestas pequenas propriedades desenvolviam a policultura associada à pecuária. Supriam as necessidades da própria família, mas também abasteciam o mercado urbano. Na mesma proporção praticavam o artesanato para uso doméstico e confeccionavam

¹⁵ Com o declínio das charqueadas, ocorreu a transferência de capitais e terras para o beneficiamento de arroz. Pelotas transformou-se no maior centro brasileiro de beneficiamento de arroz, como também, anteriormente aos engenhos de arroz surgiram as fábricas de doces, passas e conservas. (GRANDO, 1990).

ferramentas e equipamentos para o trabalho agrícola. Economicamente, essas explorações eram viáveis, não originando necessidade, por parte desses camponeses, de venderem sua força de trabalho. Nota-se que a agricultura familiar, no RS, representa um papel marcante ao longo do tempo, o qual se expressa do ponto de vista econômico, social e político, tendo como característica uma agricultura diversificada e intensificação dos processos produtivos.

A dualidade constituída pela grande lavoura e lavoura de subsistência, no Estado do Rio Grande do Sul, originou-se dos princípios da formação territorial, permanecendo até os dias atuais. Assim, latifúndio e minifúndio, pecuária tradicional e agricultura familiar, alternaram-se em funções que auxiliaram a sustentar o crescimento do pólo dominante, dando continuidade ao processo de integração do Estado ao núcleo da economia brasileira. (FEE, 1982).

As condições favoráveis de clima e solo e, sobretudo a existência de um mercado urbano em potencial motivaram os pequenos agricultores a desenvolverem comercialmente a produção de legumes, hortaliças e frutas. Por volta de 1940 já era possível encontrar no mercado pelotense 41 variedades de frutas. Boa parte da produção era remetida para fora do município "in natura", e a restante era localmente transformada em passas e doces e depois vendida. (GRANDO, 1990, p. 48, grifado no original).

A estrutura social e econômica implementada no estado do Rio Grande do Sul pelos agricultores familiares estabeleceu um estilo de vida, uma forma de produzir e, fundamentalmente, uma forma de sociabilidade, no que se refere à organização do trabalho voltada ao atendimento das necessidades da família. Nos dias atuais, a agricultura familiar representa a forma social de produção mais importante de vista numérico no espaço rural gaúcho, porém vem sendo alvo dos efeitos do processo de minifundização, que ocorre por meio da partilha das propriedades por parte das gerações subseqüentes, influenciando na reorganização do espaço, bem como na formação de novas unidades familiares.

O propósito de apresentar esta contextualização histórica da imigração e ocupação no extremo sul gaúcho tem por objetivo localizar o leitor no tempo, apresentando a forma com que a região sul foi colonizada, e principalmente, como se

deu a inserção da pequena propriedade na região, formando as unidades de produção familiares.

2 A DIMENSÃO TEÓRICA: A SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR.

2.1 Universo das Unidades de Produção Familiares

Os processos que afetam à agricultura e ao mundo rural têm sido objeto, por parte das ciências sociais, de uma série de interpretações. Na última década estudos realizados no campo da Sociologia, Antropologia, Economia Rural colocaram a sociedade rural em um cenário de destaque, dando enfoque a temas como a natureza das relações de produção no campo. Em muitos estudos, a presença da unidade de produção familiar é vista como funcional ao processo de acumulação capitalista na agricultura brasileira. Ainda que seja esta uma forma não-capitalista de produção, não há separação entre o produtor e os meios de produção. A ela corresponde um tipo de exploração que tem por base a utilização da mão-de-obra familiar, a qual combina relações de parentesco ou casamento¹⁶ no controle da propriedade. A unidade familiar segundo Lamarche (1993), corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão intimamente ligados à família.

A ênfase de muitos destes estudos recai sobre o tema da diferenciação social do meio rural, onde algumas famílias enriqueciam ao passo que outras proletarizavam-se. A idéia neste período era de que as pequenas unidades agrícolas cumprissem o papel de baratear os custos dos seus produtos para alimentar os consumidores urbanos. Ou seja, ao gerar artigos a custos mais acessíveis se, ao contrário, houvessem sido produzidos por empresas capitalistas, a família rural estaria ganhando menos e subsidiar a manutenção das famílias urbanas.

Para explicar este fenômeno Almeida (1986), através de uma ampla revisão bibliográfica, explica que os pequenos produtores rurais, não possuindo uma dinâmica

¹⁶ “Casar não é simplesmente uma questão de escolha individual: a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um affaire de famille.” (WOORTMANN, 1995). No campesinato diversos autores enfatizam o casamento como um dos traços mais importantes do ponto de vista cultural.

capitalista¹⁷, mantêm-se ao longo dos anos, exatamente por serem famílias. Os pequenos produtores rurais¹⁸ representam, como afirma este autor, uma unidade familiar que combina trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional, com o propósito de atender ao consumo da família, e repor os insumos necessários para dar início à próxima etapa.

Quando aludi-se sobre à reprodução das famílias rurais, pode-se estar referindo-se ao ciclo longo ou curto. O primeiro deles contempla a lógica econômica da família (trabalho e consumo), ao passo que o segundo diz respeito à lógica de parentesco que afeta ao modo como se perpetuam as famílias via nascimento, casamento, morte ou herança.

Uma forma de expressar tudo isso é que as famílias adotam para si estratégias de reprodução (no curto e no longo ciclo) sendo que, a resposta de curto prazo poderá ser a intensificação do trabalho, o trabalho assalariado de alguns membros da família e a redução do consumo. Quanto às estratégias de longo prazo, na migração precoce dos filhos (ALMEIDA, 1986) poderá ocorrer um maior controle do patrimônio fundiário, excluindo herdeiros legais, mulheres e filhos com exceção de um (MOURA, 1985) o qual será efetivamente o sucessor da exploração familiar.

Esta não se configura com a dinâmica da compra e venda da força de trabalho, em contraste com as características básicas da produção capitalista, centrada na contratação do trabalho assalariado. Tratando especificamente de propriedades rurais, e de sua definição, deve-se observar alguns requisitos básicos envolvidos na sua caracterização, devido às peculiaridades inerentes à agricultura. A agricultura familiar reúne uma diversidade de situações específicas e particulares. Quando se reproduz¹⁹ nas sociedades modernas, acaba tendo que se adaptar ao contexto socioeconômico

¹⁷ Correntes teóricas debatem os impactos do processo de penetração capitalista na agricultura. Na corrente Marxista, o capitalismo, ao penetrar no campo, provoca a mesma concentração de riqueza que ocorre na indústria. A absorção das propriedades menos capitalizadas, (grande capital) conduziria o produtor familiar à proletarianização. Conteúdo detalhado em Marx, (1988) Lenin, (1985) Kautsky, (1998).

“O que Marx, não podia prever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar, como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 129).

¹⁸ Chayanov (1974) já havia considerado que a agricultura camponesa resistiria por ter vantagens em relação às grandes explorações, pois a economia familiar poderia se manter em condições inviáveis para uma empresa capitalista, como o fato de trabalhar sem contabilizar o valor de sua força de trabalho.

¹⁹ Alguns autores mencionam a reprodução da agricultura familiar dentre eles: Garcia Jr. (1983), Woortmann (1995), Tavares dos Santos (1978), Lamarche (1993), Brandão (1982).

destas sociedades, sendo obrigada a fazer uso de estratégias para que possa sobreviver e reproduzir-se ao longo das gerações.

Neste contraponto, pretendeu-se abordar a dinâmica de trabalho dos membros da família para enfatizar a relação de trabalho, bem como a diferenciação de atividades entre os gêneros. Logo a seguir abordou-se as estratégias de longo prazo das famílias rurais e suas perspectivas do ciclo de vida.

2.2 A organização da exploração familiar: a hierarquia e divisão do trabalho

Nas alusões feitas por Stolcke (1982), ao regime do colonato, esta autora evidencia a hierarquia e o sistema de trabalho, familiar que garantiram ao homem, o papel inquestionável de chefe da família. Nenhum fazendeiro contrataria uma família sem que houvesse a figura do chefe de família. O novo sistema de trabalho desgastou a velha hierarquia sem, entretanto, substituí-la por uma nova definição dos papéis e estrutura de autoridade. Desde então ocorreu inserção do trabalho conjunto da família. Em tal contexto a mão-de-obra infantil aparece como parte da unidade familiar de trabalho.

Na opinião de Antuniassi (1983), em seu estudo sobre trabalho Infantil e escolarização no meio rural, a presença do trabalho infantil expressa um aumento na quantidade de trabalho exigido para assegurar a subsistência dos grupos domésticos.

Analisando as formas de trabalho de agricultores familiares em Pernambuco, Garcia Jr. (1983), relata que o trabalho familiar presume o ciclo agrícola, que não adquire sentido por realizar uma ou outra atividade conjunta dentro do ciclo, mas é o produto deste trabalho, ao longo do ciclo, que permite reproduzir a unidade familiar. Este autor demonstra que a forma de organização do universo familiar pressupõe a divisão de tarefas e desempenho de papéis específicos:

[...] Há diferenças de sexo e de idade nas tarefas executadas, bem como há normas explícitas de autoridade dentro do grupo doméstico que define quem decide sobre o quê. É o homem, pai de família, que cabe organizar as tarefas do roçado para prover a casa. É à mulher, mãe de família, que cabe organizar as tarefas da casa que possibilitam o consumo do grupo doméstico [...] cavar covas, operação feita com enxada, é tarefa masculina. Depositar as sementes

na cova e cobrir com o pé é tarefa feminina, podendo ser feita também pelos filhos e filhas menores (op. cit, 1983 p. 59).

As tarefas mais pesadas e mecanizadas cabem aos homens (pais, filhos e genros). Ao chefe da família cabe a venda e a contabilidade, como responsabilidade principal. As mulheres (esposas, filhas e noras) só participam da capina e da colheita básica, quando essas atividades são feitas manualmente, tendo como responsabilidade as tarefas domésticas. (LAMARCHE, 1993).

Nesta direção evidencia-se claramente que a família²⁰ é simultaneamente proprietária dos meios de produção e a principal fonte de trabalho. A terra representa simultaneamente o patrimônio e o local de trabalho e ocupação da família.

Em se tratando da participação dos filhos, Brandão (1982), reitera que estes ajudam aos pais nos trabalhos de casa e na lavoura de cereais a partir dos seis anos, quando não antes. Não se imagina a possibilidade de uma criança não ser incorporada às atividades de trabalho e produção da família. Um filho geralmente produz mais para a família do que consome; já a união de vários filhos poderá permitir à uma família camponesa, a independência em relação ao trabalho assalariado. Esta inserção precoce no trabalho infantil tem duas razões:

1)custo do trabalho assalariado, tanto para atividades domésticas como, e principalmente, para o trabalho agrícola; 2) o fato de que boa parte do trabalho necessário em casa e na lavoura pode ser feito ou ajudado por crianças e, com melhor rendimento, por adolescentes.”(BRANDÃO, 1982, p.99).

Sobre a inclusão dos filhos no trabalho agrícola, Tavares dos Santos (1978), num estudo sobre os Colonos do Vinho na Serra Gaúcha, detectou que as crianças participavam do trabalho tanto nas atividades da roça de subsistência como na produção voltada para o mercado.

²⁰ O economista Chayanov (1986), em seu livro “A teoria da economia camponesa” foi o primeiro a explorar sistematicamente o vínculo entre a família e a propriedade da terra. As sociedades organizadas estavam ligadas a uma economia de mercado, na qual os proprietários de terras se encontravam empenhados em um ciclo de produção, o qual lhes permitia pagar pelo trabalho assalariado um preço suficientemente baixo para que o empreendimento fosse satisfatório. [...] o que produziam se destinava fundamentalmente a satisfazer as necessidades domésticas. A medida que crescia o número de bocas a alimentar, o chefe da família ia expandindo a produção e incorporava mais terras a sua propriedade, aumentando talvez a quantidade dirigida ao mercado, a força de trabalho necessária para este esforço vinha da sua própria unidade familiar, crescendo em resposta à demanda.

Observa-se dentre os autores consultados, que existe certa convergência no entendimento do que tange à divisão de tarefas regida pelo gênero, no qual cada membro da família possui uma responsabilidade correspondente, inclusive as crianças dentro da unidade familiar. Percebe-se também que cronologicamente não há faixa etária determinada para a inserção no trabalho, o que determina é o fato de saber trabalhar, existindo variações de um grupo doméstico para outro, sendo determinado por sexo e idade.

Tanto as relações sociais, quanto as de gênero, a organização patriarcal, a hierarquia em termos de faixa etária, bem como os espaços de trabalho sempre estiveram presentes e definiram a conduta e o contato com as ações cotidianas dos indivíduos no âmbito da família, assim também nas ações sociais em geral. (TEDESCO, 1999).

Resumidamente, pode-se definir as estratégias adotadas pela família da seguinte maneira: o pai é quem toma as decisões sobre o uso da terra, o emprego de trabalho familiar, a comercialização do produto e o nível geral de consumo. Em outras palavras, é o pai que determina quem dirige a atividade econômica do grupo doméstico (composto por uma família conjugal²¹). Existe diferença entre o trabalho masculino e o feminino na unidade familiar, sendo o trabalho da mulher considerado como auxiliar ao do homem.

No título 4 analisou-se o contexto correspondente ao município de Morro Redondo, onde trataremos sobre as questões da sucessão na contemporaneidade. Ainda assim, não resta dúvida de que a família e as tradições orientam as escolhas de seus membros, possuindo uma lógica de funcionamento que lhes confere especificidades.

²¹ A família nuclear, ou núcleo familiar, constituída por marido, esposa e filhos. (CASEY, 1994, p.226).

2.3 O Modelo Tradicional de Transmissão do Patrimônio Fundiário

A profissão de agricultor convencionalmente é uma profissão marcada pela hereditariedade²², influenciando decisivamente a sucessão na agricultura familiar. A terra é o principal ativo e sua transferência refere-se a uma questão atinente a pais e filhos, podendo ainda envolver outros membros de uma mesma família, seja em forma de doação, arrendamento, venda ou outra modalidade. O trabalho na terra e, portanto, a própria terra, tinha representação significativa no universo simbólico da família. O processo sucessório geralmente ocorria de maneira natural entre o destino da propriedade e o destino dos membros da família.

É oportuno retomar ao período de colonização do Rio Grande do Sul, para comentar que as de questões relativas ao acesso à terra e viabilidade econômico-social da propriedade rural, até a década de 60 seguiam uma outra dinâmica, no qual a terra era o principal meio de sobrevivência e os agricultores tinham como objetivo traçar estratégias para ampliar o patrimônio familiar e assegurar a instalação de novas unidades produtivas.

A colonização favorecia aos imigrantes a aquisição de terras, particularmente no caso dos alemães que povoavam e colonizavam áreas ainda virgens, recebendo terras de 77 ha em 1824, e 48 ha em 1848. Quanto aos italianos, que chegaram cinquenta anos mais tarde, receberam lotes menores, (25 ha) na encosta da serra. (PESAVENTO, 1984). Portanto, nos dois casos tanto de alemães como italianos, a agricultura representava a via quase exclusiva de reprodução social para os imigrantes e para as gerações subseqüentes.

O chefe de família ia adquirindo terra durante sua vida e trabalhava nela junto com os demais membros da família. Quando os filhos alcançavam a idade adulta ou casavam, eram destinados a novas áreas de terra, onde formavam novas unidades de produção. Quando o pai falecia, seus filhos dividiam a herança e, quase sempre, seguiam caminhos diferentes. Nas sociedades de camponeses, talvez mais do que na

²² A expressão sucessão hereditária emprega-se nos sentidos objetivo e subjetivo. No sentido objetivo, herança, massa de bens e encargos, direitos e obrigações que compunham o patrimônio do falecido; no sentido subjetivo, equivale a direito de suceder, isto é, de recolher os bens de herança. (GOMES, 1992, p

economia do mercado o ciclo vital passa a ser um fator determinante da estratificação social. (CASEY, 1992).

Outro aspecto relevante era o grande número de filhos, tratando-se de famílias de imigrantes alemães, tinham em média 8,5 filhos por casal, na primeira geração, e 10,5 na segunda geração (ROCHE, 1962), já as famílias italianas tinham em média 7 a 9 filhos.

Entre colonos italianos da Serra Gaúcha ocorriam também situações em que os filhos passavam a residir em pequenas áreas cedidas pelos pais e complementavam seus rendimentos com atividades fora da própria exploração. Enquanto isso, os demais filhos submetiam-se à autoridade paterna aguardando pacientemente o momento da sucessão. (TAVARES DOS SANTOS, 1997).

Analisando o padrão reprodutivo das Unidades Familiares até o final dos anos de 1960, Mello et al, (2003), mencionam a existência de dois aspectos centrais: 1) existia uma ligação entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros. 2) existia um fundamento que fazia da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações, ou seja, a ligação (moral) tanto da família como da comunidade, associada aos próprios valores os quais eram muito fortes e convergiam para a continuidade da profissão de agricultor. Segundo estes pesquisadores, a característica básica deste período consistia na naturalização da continuidade do estilo de vida paterna para os rapazes, assim como a condição materna para as moças.

É pertinente lembrar que mesmo com a facilidade em adquirir novas terras, nem todos os filhos optavam pela profissão de seus pais. A questão de gênero neste período refletia-se no fato que as filhas tinham um destino diferente dos rapazes, geralmente recebendo compensações na forma de dote ou pagamentos monetários, em muitos casos de natureza simbólica.

Sob outro aspecto, para os que não ficavam com a propriedade eram normalmente recompensados com dote agrícola, (terra, equipamentos ou parte de recursos financeiros) de modo a que pudessem desenvolver a atividade agrícola em outra propriedade. É oportuno observar que neste período era incomum compensar os excluídos da herança através de dinheiro para o financiamento de estudos. Tratava-se

de uma época marcada pelo estímulo aos filhos no sentido de que estes reproduzissem a profissão dos seus pais, sendo que a escolha por outras profissões era escassa, principalmente para quem possuía baixa escolaridade. (MELLO, 2003).

2.3.1 Tipos de Herança

No estudo sobre as sociedades camponesas Wolf (1970), relata a existência de basicamente dois tipos de herança: a) Sem partilha, que envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro (a propriedade pode passar para o primogênito, para o mais jovem ou para algum descendente solteiro designado pelo chefe de família); b) Por partilha, abrangendo um sistema de herança que envolve mais de um herdeiro, sendo que a propriedade produtiva pode passar para um herdeiro. Aos demais resta assim a posição subordinada junto a propriedade familiar, ou em última análise, abandoná-la com ou sem compensações.

Também analisando as sociedades camponesas Carneiro afirma que o sistema de herança passa por dois momentos: “[...] a escolha do sucessor – aquele que assegura a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar – e a partilha dos bens, diretamente associada ao primeiro.” (2001, p.25). Como relata a referida autora, as questões relativas à sucessão podem ser resolvidas de duas formas: mantendo a integridade do patrimônio, ou conduzindo ao fracionamento do patrimônio, podendo levar a sua inviabilidade.

Sobre a transmissão de patrimônio, Seyferth (1985), considera que, independente da forma: herança, doação ou inventário, irá prevalecer, o arranjo costumeiro. Os procedimentos mais comuns incluem: exclusão das mulheres, a herança impartível e a herança compartilhada, sendo que nem sempre esta beneficia todos os herdeiros.

Portanto, articular estratégias é um pressuposto da família, definindo a organização da dinâmica de trabalho e das relações. Esta fase, conforme Tedesco (1999), implica em esquemas de percepção, pensamentos, organização de tarefas e

tempo, determinando recursos indispensáveis para garantir a continuidade e a reprodução do grupo familiar.

2.3.2 Predomínio do Minorato

Na região sul do país os inúmeros estudos apontam um fato recorrente, qual seja, o de que o acesso à terra era limitado, sendo que na lógica da reprodução da família camponesa, invariavelmente, havia preferência masculina, priorizando apenas um herdeiro. Em consequência disso, quando na família havia muitos herdeiros, desde cedo o pai sabia que aquela propriedade não permitiria a absorção de todos os filhos, e inexistindo a possibilidade de enviá-los a novas áreas de colonização, eram encaminhados para outras atividades agrícolas ou não-agrícolas.

Tavares dos Santos (1984), no estudo realizado sobre os camponeses ou produtores familiares de origem italiana, observou também a ocorrência do minorato, diferentemente do que observou Woortmann (1995), ao analisar o processo de colonização entre os alemães marcado pelo predomínio de situações em que o herdeiro normalmente era o filho mais velho.

Nos casos de ocorrência do minorato, geralmente o filho herdava a propriedade e também se tornava responsável pelo cuidado com os pais durante a velhice. Ocorriam também casos de filho celibatário que permanecia junto aos pais, sem constituir família. Aos filhos mais velhos eram dotados os meios para que estes buscassem a reprodução de sua condição de agricultor, quando a disponibilidade de terras assim o permitisse, dentro ou fora da comunidade dos pais.

Carneiro (2001), ao referir-se às condições de existência de colonos de descendência italiana do Sul do Brasil, observou a ocorrência do maiorato. A escolha do sucessor era legitimada e comunicada aos demais membros da família após o casamento do escolhido.

Na análise da referida autora esta prática perdurou por duas gerações, de modo que a partir da terceira geração primou o minorato, na medida em que os filhos mais velhos iam casando, permanecendo em casa junto aos pais o filho mais jovem. Na

expectativa da herança, tornava-se responsável pelos pais e pela preservação da integridade da unidade de produção e de ampliação do patrimônio familiar.

Uma das conseqüências do sistema de único herdeiro é a divisão da sociedade camponesa em dois grupos: herdeiros e deserdados. Sobre estas sociedades Wolf (1970), apresenta alguns aspectos fundamentais: a) fortes pressões que inibem os casamentos de filhos e filhas deserdados; b) herdeiros de terra constituirão família escolhendo o cônjuge de seu nível; c) sem-terra e deserdados formam reserva de trabalho; d) quem permanece na comunidade camponesa, poderá desempenhar trabalho para parentes aquinhoados; e) quem for embora, procurará emprego em outro lugar.

É fato que: “[...] tanto o fracionamento da propriedade como a sua indivisão conduzem à migração” (WOORTMANN, 1995, p.116).

2.3.3 A desigualdade de gênero no direito à terra: Formas de recompensar os demais herdeiros

Verificando os estudos que relatam as formas de recompensa entre os herdeiros e a relação de gênero e propriedade é fato que, filhos e filhas herdavam coisas diferentes. A terra estava concentrada na linha masculina, entretanto, quando ambos recebiam terra como herança, nem sempre as partes eram iguais, sendo as filhas geralmente desfavorecidas. (WOORTMANN, 1995). Sobre este tema Seyferth (1985), reflete: “A mulher, não herda terras porque a partir do casamento irá fazer parte de outra família. E pertencendo a outra família não tem direito de ficar com uma parte da terra que deve pertencer a seus irmãos.”

O trabalho realizado pelas mulheres seja na lavoura, ou nas atividades domésticas não era considerado passível de pré-herança. Além disso, a mulher era a que geralmente saía do chamado núcleo familiar através do casamento, situação no

qual acabava perdendo o direito a antecipações de herança. Esta prática²³ foi percebida por Sacco dos Anjos (1995), que, em sua investigação, relata que as moças desde cedo são preparadas para o casamento. Segundo o autor, nem bem aparece o noivo e a figura do enxoval passa a fazer parte do cotidiano das moças.

A literatura também menciona o auxílio para a confecção do enxoval para o casamento, doação de máquina de costura, animais domésticos, dinheiro, dentre outros bens. Assim a família passa a compensar os filhos que decidem deixar a propriedade, procurando auxiliar com o que no momento servirá como antecipação de herança. Esse aspecto refere-se às mulheres que casavam, pois no caso das que abandonavam a unidade familiar para estudar, o auxílio nos estudos era visto como uma forma de antecipação de herança. Este quadro afetava não somente o caso das moças, mas aos rapazes que pretendiam dar continuidade aos estudos.

Às mulheres, as formas de antecipação de herança dependiam da situação de cada família e da forma como cada família interpretava o que poderia servir como forma de recompensa, podendo às vezes não ter valor econômico, mas valor simbólico. A vocação religiosa era muito valorizada: muitas moças encaminhavam-se para o convento e quanto aos rapazes seguiam o sacerdócio. Era comum em cada família ter um padre entre seus pares.

Esta temática investigada por Carneiro revela: “Como mecanismo de diminuir a pressão dos herdeiros sobre o patrimônio familiar, no caso das famílias com grande número de filhos homens, é comum que ao menos um dos filhos seja orientado à carreira religiosa.” (op. cit 2001, p.35-36).

Analisando as formas de antecipação de herança entre famílias mineiras Machado (1998), evidenciou traços marcados pela organização tradicional da família no campo, dentre eles: a antecipação de terras para os homens desconsiderando as mulheres, onde a localização tem tanta importância quanto a consangüinidade. As mulheres que deixavam o núcleo familiar nada podiam reivindicar, aos homens que traziam suas esposas eram beneficiados. Seguindo este raciocínio:

²³ [...] na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, troca de palavras, de dons, de mulheres, [...] ela está inscrita, nas disposições (os habitus) dos protagonistas da economia de bens simbólicos, as mulheres, que esta economia reduz ao estado de objetos de troca (mesmo por procuração, para orientar e organizar as trocas, sobretudo matrimoniais. (BOURDIEU, 1999, p.60).

“Privar filhas de direito de herança da terra justifica-se nesses sistemas, pois as mulheres saem da comunidade, e “não podem levar as terras consigo”; além disso, espera-se que a família do marido lhes forneça terras” (CORDOVA PLAZA 2000 apud DEERE; DÉON, 2003, p.114).

Assim, a estratégia de exclusão da mulher no processo de sucessão, ocorreu não por ser atribuída a sua incapacidade ou inferioridade, mas por ser direcionada a atividades não vinculadas ao campo, pois este é focado no processo produtivo e tido como rústico e incompatível com a condição feminina.

Sendo assim:

Às mulheres restavam, portanto, três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil. Ao casar, a mulher ingressava na família do marido. [...] ia residir com os sogros no caso de se casar com o sucessor, submetendo-se, assim, à autoridade destes até ao fim das suas vidas. [...] o casamento implicava, assim, na extinção dos direitos das mulheres à terra e na sua reclusão ao espaço doméstico, dentro da lógica da simbiose que se estabelece entre mulher e família e que determina a supremacia dos papéis de mãe e esposa sobre todos os demais. (CARNEIRO, 2001, p. 33).

São estes, em linhas gerais, os grandes traços que evidenciam o padrão sucessório no contexto das unidades familiares, particularmente no âmbito das comunidades de descendentes de imigrantes europeus, não-ibéricos no Sul do Brasil. Na próxima seção chama-se a atenção para a ocorrência de mudanças importantes que modificam consideravelmente esse padrão sucessório.

2.4 A Sucessão Hereditária na realidade atual

As estratégias de sucessão hereditárias contemporâneas distinguem-se do modelo sucessório tradicional pela prática de novos comportamentos e estratégias familiares. Neste sentido, a evolução das práticas sucessórias não depende única e exclusivamente da vontade e da ação combinada dos envolvidos no processo de transmissão da propriedade familiar, mas depende igualmente do meio, envolvendo o contexto histórico, social, econômico, geográfico entre outros aspectos. (SANTOS, 1997; CARNEIRO, 2001).

Diante disso,

Em particular as práticas sucessórias que vigoram em um dado momento numa determinada sociedade tendem a dirigir o agricultor para um tipo bem definido de transmissão, considerado como “norma sucessória local” o mais característico, sendo o mais comum na região. (SANTOS, 1997, p. 10, grifado no original).

Como adverte Carneiro (2001), apesar do código civil²⁴ brasileiro estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito à herança, as regras consuetudinárias não reconhecem esse direito a todos os filhos.

Segundo Silvestro et al, (2001), a partir dos anos 70 a agricultura passa a apresentar rupturas. A formação de novas unidades de produção encontra-se limitada; os jovens passam a possuir objetivos individuais, não demonstrando mais o interesse em reproduzir o papel de seus pais. Exauri-se a fusão que existia entre o destino da propriedade associado aos objetivos dos membros da família. Segundo este autor, o processo sucessório torna-se conflituoso e ameaçador para a continuidade da agricultura familiar.

Quando analisou a reprodução camponesa e o futuro das gerações, Woortmann (1995), comunga deste raciocínio dizendo que o dilema sucessório dá-se quando são introduzidos no universo da comunidade e da família projetos individuais dos filhos, em oposição aos projetos coletivos enquanto unidade familiar.

A problemática da sucessão constrói-se a partir do momento em que o chefe da propriedade comenta a sua vontade de transmitir a sua unidade produtiva e um possível candidato (um possível sucessor) demonstra o seu interesse em assumir o destino desta propriedade. O que Silvestro et al, (2001), identifica como questões sucessórias na agricultura familiar, refere-se à formação de uma nova geração de agricultores, processo esse que perde a naturalidade com que até então esse momento eram vivido entre as famílias e pelos indivíduos envolvidos.

²⁴ O Código Civil Brasileiro reconhece 3 regimes de bens no casamento: regime de comunhão universal, todos os bens dos cônjuges adquiridos antes ou depois do casamento passarão a pertencer a ambos os cônjuges, tendo cada um o direito à metade do patrimônio comum (meação); no regime de comunhão parcial, somente os bens adquiridos depois do casamento integram o patrimônio comum do casal, finalmente, o de separação de bens, no qual cada cônjuge é dono de todos os seus bens presentes e futuros. (CARNEIRO, 2001, p. 34).

O interesse do chefe do estabelecimento familiar é no sentido de encontrar um sucessor que dê continuidade ao trabalho da família, mantendo o patrimônio, se possível indivisível, principalmente no caso de propriedades pequenas, ou em situações de muitos herdeiros.

O atual processo sucessório apresenta mudanças comparadas ao modelo tradicional devido a vários fatores, dentre eles destacou-se:

- a) O número de filhos é menor, delimitando a escolha de sucessor da família. Estudos revelam que as transformações demográficas envolvem a queda da taxa de natalidade no meio rural. Entre 1970 e 1990 o Brasil rural passou de famílias com 10 ou mais filhos, reduzindo-se numa geração, o número de filhos para em torno de 2,1 por mulher. (RIBEIRO, 1990).
- b) Em gerações anteriores tornar-se sucessor era um compromisso moral. Atualmente a agricultura está dentre outras oportunidades (escolha), incluindo a migração. (MELLO, 2003).
- c) falta de perspectivas na agricultura ocasionou o êxodo rural/agrícola direcionando agricultores para a cidade em busca de melhores condições de vida ou para outros tipos de ocupação.
- d) A mecanização tornou o trabalho no campo menos complexo, e reduziu o número de pessoas que trabalhavam manualmente.
- e) As mulheres historicamente excluídas do processo sucessório passaram a migrar mais que os homens, contribuindo para o processo de masculinização do meio rural. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, SACCO DOS ANJOS, 2003).
- f) A valorização dada à educação, a oferta de emprego não-agrícola, e outros fatores causam efeitos depreciativos no que afeta ao trabalho na agricultura. (CARNEIRO, 2003).

No entender desta autora,

[...] nos primeiros tempos o abandono da casa paterna era visto com naturalidade, como um dever decorrente da submissão dos indivíduos aos interesses familiares [...] mais tarde, [...] dependendo das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer na colônia passará a representar um fator de exclusão social. (CARNEIRO, 2001, p.40).

A oferta de emprego urbano e a valorização do estudo como meio de ascensão social tem forte pressão sobre a desvalorização do trabalho agrícola. Na opinião de Carneiro, não há mais regras a seguir: fica em casa quem tiver mais aptidão para a agricultura e menor vocação para os estudos. Idealmente é o mais novo quem deve ficar, sendo que esta regra poderá ser mudada, face aos objetivos individuais, passando a existir uma negociação entre pais e filhos. (CARNEIRO, 2001).

Como em todos os âmbitos da vida humana, as sociedades rurais têm uma história e um tempo, ou seja, cada sociedade possui atributos específicos que são característicos do momento ou espaço a que correspondem. Estes atributos podem ser investigados através da maneira de viver, de pensar e agir dos indivíduos que estão inseridos neste meio. De modo que a prática sucessória, designada de Minorato, e a escolha centrada na figura masculina não é mais que um elemento particular surgindo da configuração material e também simbólica, característica da sociedade rural tradicional. Esta sociedade, como alude Santos (1996), estruturava-se em torno do exercício do trabalho na terra, sendo que a partir desta se organizava tanto o trabalho como a economia dos indivíduos e das famílias que residiam no espaço rural.

Ao investigar o município de Morro Redondo, deparou-se com tais transformações que serão posteriormente analisadas.

3 O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA.

3.1 O Município de Morro Redondo - RS



FIGURA 1- Localização do município de Morro Redondo, RS.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/mapasinterativos>

O início da colonização de Morro Redondo deu-se em 1865, com a chegada de imigrantes de origem germânica, italiana, francesa e portuguesa. Trata-se de uma zona fisiográfica (Serra dos Tapes) marcada, sobretudo pelos traços da colonização de imigrantes desencadeada na Segunda metade do século XIX.

Segundo Kolling (2000), o fluxo migratório tornou-se mais ativo para a região colonial de Pelotas a partir de 1858, através da Colônia de São Lourenço do Sul. Porém, há que se ressaltar que, em termos oficiais, a colônia de Morro Redondo tornou-se realidade a partir de 1885, sendo formalmente constituída pelo Dr. Vicente Cypriano de Maia, em 1900, possuindo seis lotes, com cinco famílias e com aproximadamente 30 pessoas. (ULLRICH, 1980).

Pertencente à microrregião de Pelotas, Morro Redondo se subdivide em várias colônias rurais: Afonso Pena, Capela da Buena, Cerro da Buena, Açoita-Cavalo, Cachoeira, Campestre, Catita, Colorado, Santa Bernardina, Santo Amor, São

Domingos, São Pedro, Passo da Estiva, Passo da Reserva, Passo do Valdez e Passo do Vieira. Este município tem como característica relevante à presença histórica e totalmente hegemônica da agricultura familiar. A composição étnica desse município ainda guarda correspondência com o período de sua colonização, iniciada por volta de 1865, através do assentamento de imigrantes europeus. O desenvolvimento do sistema econômico desse município teve início com a produção agropecuária e sua transformação, vitivinicultura e fabricação de doces e conservas (pêssego e aspargos).

O município de Morro Redondo teve sua emancipação decretada em 1989, possuindo, segundo o Censo de 2000, 5.998 habitantes. Desse contingente 64,14% compõe a população rural e 35,86% a população urbana. Contando com uma área total de 16.979 hectares, a densidade demográfica do município, no ano de 2000, era de 24,3 hab/km². A evolução da população rural apresentou, entre as décadas de 1990 e 2000, uma queda de 4%. Nesse mesmo período, a população urbana registrou um aumento de 5%. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD/ IPEA/ IBGE, 2004). Segundo a FEE²⁵, existem 161 empresas em Morro Redondo nos setores industrial, comercial e de serviços. A importância relativa de cada uma dessas atividades econômicas é registrada pelo Valor Adicionado Bruto a preços básicos levantado pela FEE para os anos de 1998 e 1999. Assim, verifica-se que a Agropecuária reduziu sua participação em 3,23%, praticamente o mesmo percentual de redução dos demais serviços, que foi de 3,24%. A Indústria incrementou sua participação na economia local em 6,54% atingindo um percentual total de 30,44% no ano de 1999. Porém, o maior acréscimo proporcional ocorreu no setor comercial que, tendo uma participação de apenas 1,28% no ano de 1988, registrou uma evolução para 12,03% no ano de 1999.

Nesta localidade a área agrícola soma uma área total de 16.979 hectares, existindo 745 estabelecimentos agrícolas, com área média de 22,79 hectares (Tab.1). Deste universo, 713 são considerados como familiares, respondendo por 79,2% do Valor Bruto da Produção do município - estimada em R\$ 5.952.000,00 (MDA). O Valor Bruto da Produção por estabelecimento agrícola (IBGE 1998), registra uma média de R\$ 7.990,00, sendo que 63,6% é atribuído à produção animal (avicultura, suinocultura e ovinocultura) e 36,4% à produção vegetal (batata inglesa, milho, laranja e feijão).

²⁵ <http://www.fee.tche.br/>

O clima temperado, favorece a cultura de pêsego, tradicional na região, vem atravessando oscilações com queda nos preços pagos pelas indústrias de conservas, situação esta que agrava-se devido a elevação nos custos de produção dos pomares.

Sendo a sazonalidade uma característica da agricultura, quando o fluxo de trabalho reduz, os agricultores procuram a diversificação com outras atividades. A cultura de fumo tem ampliado o número de produtores integrados em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais. Sobre o atual cenário Cortez, et al, revela:

[...] é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta-se a um cenário de crise de expectativas e estagnação. (CORTEZ, 2005, p.9).

Em se tratando dos serviços básicos ofertados pelo município para os anos de 1991/1998, há alguns resultados positivos para o índice do Bloco da Renda e da Saúde; índices estáveis e abaixo da média estadual para o bloco das Condições de Domicílio e Saneamento; e decrescente para o Bloco da Educação. Devido à sua recente emancipação, o Índice de Desenvolvimento Humano do município pode ser avaliado apenas na década de 1990, na qual o nível de 0,639 registrado no ano de 1991 apresenta um acréscimo para 0,77 no ano de 2000. Quanto à expectativa de vida ao nascer, segundo a FEE (2000), apresentava-se em 71,60 anos.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH e outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo.

Tipo de indicador	Valor correspondente
PIB Municipal (2001) em mil R\$	60.800,7
PIB per capita em R\$	10.195
IDH Municipal (2000)	0,770
Valor bruto agropec. Em mil R\$	5.952,4
População total	5.998
População rural	3.847
Nº total de estabelecimentos	745
Área média estabelecimentos	22,79
Nº de explorações familiares*	713

(*) Segundo critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004).
 Fonte: Censo Agropecuário – 1995/1996 (IBGE, 1998).
 Demográfico – 2000 (IBGE, 2000); FEE (RS).

A Tab. 2 mostra, entre outras coisas, que o montante dos recursos Previdenciários representa 4,5% do PIB municipal. Quase 54% desse total correspondem ao pagamento de 7.844 benefícios rurais.

A mesma fonte indica que foram pagos, em média, 10,59 benefícios em 2001 a cada um dos estabelecimentos rurais existentes em Morro Redondo, ou que, do mesmo modo, cada um deles contou com quase um benefício (0,88) por mês nesse mesmo período. O total de aposentadorias, pensões e amparos, ou seja, os chamados "benefícios de duração continuada" totalizam 7.832 benefícios. Nada menos que R\$ 164,38 ingressaram mês a mês, em média, em cada um dos estabelecimentos rurais de Morro Redondo. Com base nesses dados fica claramente evidenciada a dimensão que a previdência social rural adquire no contexto da agricultura familiar.

Tabela 2 - Outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo, RS.

Tipo de Indicador	Valor Correspondente
Montante de rec. Previdenciários em R\$	2.722.379,10
% Montante rec. Prev./PIB Municipal	4,5
Montante de recursos prev. rurais em R\$	1.461.642,89
Nº benefícios rurais	7.844
Nº benefícios por estabelecimento/ano	10,59
Nº benefícios por estabelecimento/mês	0,88
Nº de aposentadorias, pensões rurais e amparos.	7.832
Valor em R\$ /estabelecimento/ano	1.972,53
Valor em R\$ /estabelecimento/mês	164,38

Fonte: Censo Agropecuário – 1995/1996 (IBGE, 1998)
Demográfico – 2000 (IBGE, 2000); FEE (RS).

3.1.2 Educação

No município de Morro Redondo o atendimento as crianças e adolescentes e o número de vagas para alunos em idade escolar é satisfatório. Há duas escolas estaduais, sendo que uma oferece ensino fundamental e a outra fundamental e médio. Existem por parte dos órgãos municipais incentivos para que o ensino seja oferecido à população urbana e rural, através do transporte escolar que faz o trajeto no meio rural para as escolas da cidade. Como mostra a Tab. 3 do total de habitantes, 21,9% tem entre 1 a 3 anos de estudo, ou seja possuem o ensino fundamental incompleto; 11,3% não têm nenhuma instrução ou possuem menos de 1 ano. Segundo a FEE (2000), a taxa de analfabetismo encontrava-se em 12,23%. Quanto ao ensino médio calcula-se que 14,7% dos habitantes tenham-o incompleto, correspondendo entre 8 e 10 anos de estudo, enquanto que 7,7% obtiveram conclusão. Apenas 2,6% das pessoas possuem Curso Superior completo.

Tabela 3 - Distribuição dos habitantes de Morro Redondo segundo grau de instrução (anos de estudo).

Escolaridade	Nº Habitantes	%
Sem instrução/menos de 1 ano	580	11,3
1 a 3 anos	1.121	21,9
4 a 7 anos	2.131	41,7
8 a 10 anos	735	14,7
11 a 14 anos	393	7,7
15 anos ou mais.	135	2,6
Total	5.113	100,0

Fonte: IBGE, 2000.

3.1.3 Perfil Socioeconômico das Unidades de Produção Familiares em Morro Redondo.

3.1.3.1 Organização das UPFs

As Unidades de Produção investigadas em Morro Redondo são exclusivamente familiares, sendo que a maioria delas planta alimentos para o consumo familiar. As atividades produtivas mais desenvolvidas pelos agricultores são: leite, avicultura de corte, pêssego, hortaliças e o fumo, que conforme relatou-se anteriormente encontra-se em expansão nos últimos cinco anos.

Os dados da Tab. 4 revelam que há uma elevada concentração das explorações até a faixa de 30 hectares, totalizando 71% distribuídos da seguinte forma: de 0 a 10 ha representam 9,7% dos casos, de 10 a 20 ha representam 37,1% dos casos; 20 a 30 representam 24,2% dos casos. Quanto à propriedades com mais de 50 ha, correspondem a 12,9% dos casos.

Tabela 4 - Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a área total do município de Morro Redondo.

Estratos de área (há)	Nº casos	%
0 a 10	06	9,7
Mais de 10 a 20	23	37,1
Mais de 20 a 30	15	24,2
Mais de 30 a 40	08	12,9
Mais de 40 a 50	02	3,2
Mais de 50	08	12,9
Total	62	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

A superfície agrícola útil corresponde à área efetivamente utilizada pelas explorações familiares. Observamos, na Tab. 5, que há uma elevada concentração das explorações com faixa até 20 ha, totalizando 61,3% dos casos investigados.

Tabela 5 - Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a superfície agrícola útil explorada.

Estratos de área (há)	Nº casos	%
0 a 10	10	16,1
Mais de 10 a 20	28	45,2
Mais de 20 a 30	12	19,4
Mais de 30 a 40	10	16,1
Mais de 40 a 50	02	3,2
Mais de 50	--	--
Total	62	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

4 A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE MORRO REDONDO: LIMITES E POSSIBILIDADES.

O propósito deste título é retomar as questões do problema de pesquisa e os objetivos propostos à luz das informações reunidas nessa investigação, através do uso de metodologia quantitativa e qualitativa. Destacando aspectos tais como: a composição da família, divisão do trabalho, tomada de decisão, forma de obtenção da terra, a importância da previdência social, dentre outros. Nesta tarefa fez-se uso tanto dos dados da Pesquisa AFDLP, quanto das informações registradas nas entrevistas semi-estruturadas que realizou-se em Morro Redondo no período compreendido entre os anos de 2004 e 2005.

4.1 Composição da Família



Figura 2 - Família Colônia Colorado.
O casal acompanhado de sua filha única com seus dois filhos. Todos residem na mesma propriedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, março, 2005.

Percorrendo as unidades e visualizando quem são as famílias que habitam o meio rural, como interagem entre si, resolvem seus problemas, tomam suas decisões, é fato que os pais estão ficando cada vez mais sozinhos e o número de filhos tem reduzido consideravelmente. Segundo o Censo de 2000, o número de filhos no meio rural comparado à cidade permanece maior, por outro lado o número de filhos no meio rural reduziu-se comparado a outras décadas, principalmente com relação ao período inicial da colonização.



Figura 3 - Família Colônia São Pedro.
Casal de agricultores acompanhado do filho do meio, que reside junto com os pais e toma conta da propriedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, março, 2005.

Verificou-se, através de depoimentos quanto ao núcleo familiar que as famílias rurais costumavam ser mais numerosas em Morro Redondo. Em todas as colônias percorridas, em cada propriedade visitada, geralmente encontrava-se o casal acompanhado dos filhos, em apenas quatro propriedades encontrou-se famílias com mais de três filhos. Atualmente a média do número de filhos, está em torno de 2,3 por família.

Além disso, às evidências de envelhecimento no meio rural (aumento da esperança de vida), soma-se ao reduzido número de filhos, refletindo-se também na

redução de braços para desempenhar o trabalho no campo. O menor número de filhos acaba dificultando a manutenção da mão-de-obra agrícola. De acordo com o modelo tradicional, a prole numerosa era um fator positivo, na medida em que se convertia em mão-de-obra, porém sob outro aspecto ameaçava a integridade da propriedade diante das dificuldades de assegurar o surgimento de novas unidades produtivas num contexto de escassez de terra. (CARNEIRO, 2001).

Por outro lado, das 23 unidades em que realizou-se as entrevistas em apenas uma delas reside apenas o casal. Os dois filhos (uma moça e um rapaz) já haviam abandonado a propriedade para trabalhar. Em cada família há no mínimo um filho em casa residindo com os pais; porém em mais da metade das residências algum dos filhos já abandonaram a propriedade familiar para trabalhar em outra atividade, geralmente desvinculada da agricultura. Dos filhos adultos que permanecem em casa, 22,6% são mulheres, 20,8% são homens, quanto aos filhos menores de 14 anos representam 11,3% sendo que destes 9,4% são meninas e 1,9% são meninos. Observa-se que há um equilíbrio na condição de gênero²⁶ nas propriedades. Apesar das moças continuarem a abandonar o meio rural em maior proporção que os rapazes, estes também estão abandonando a casa paterna. No caso de mulheres que permanecem em casa encontrou-se três situações de filhas (casadas) cujos cônjuges trabalham fora da unidade, inclusive em atividades desvinculadas da agricultura.

Se em tempos passados os filhos eram direcionados ao trabalho na agricultura, independentemente de quantos filhos as famílias tivessem, no município investigado existe uma preocupação quanto ao controle da natalidade devido à incerteza do destino dos filhos. O depoimento a seguir é de um jovem casal de agricultores que possui duas filhas menores de 14 anos, diante da questão a respeito se pretendiam ter mais filhos ou não:

Hoje não, hoje como eu digo né... a dificuldade é bastante grande... numa das coisas principal... a gente tem um padrão de vida.... o filho da gente quer que seja melhor do que a gente... que o que a gente não conseguiu... no estudo... alguma coisa ... a gente quer dar pro filho ... então ... com a crise que nós temos no nosso país... que é meio que geral né? então a gente tem que ser

²⁶ Observou-se em Morro Redondo quanto a questão de gênero que a diferença de quem abandona o campo não é mais tão representativa como em outras décadas, dos filhos que estão fora da propriedade paterna, 26,4% são moças e 18,9% são rapazes. Sobre este aspecto sugere-se ser investigado em pesquisas futuras.

dentro daquilo que a gente tenha condições de criar ele... pelo menos bem né... (D.A.).

O fato é que diante da falta de perspectivas que estas famílias vivenciam, muitas delas procuram direcionar o futuro de seus membros para atividades fora da agricultura, independentemente de que destino terá a propriedade familiar. Por outro lado, percebeu-se que o próprio conflito existente quando mais de um herdeiro tem interesse em ficar com a terra, descrito na literatura, em alguns casos o conflito permanece, porém com outro enfoque. Os filhos estão abandonando a propriedade muito cedo sem perspectiva de retorno, sendo que a preocupação passa a ser encontrar um sucessor, diferentemente de tempos passados onde o pai precisava escolher um dentre os herdeiros.

4.1.2 Divisão do Trabalho Familiar

O trabalho é presença marcante no processo produtivo nas UPFs, representado por pais e filhos, todos em prol de um objetivo comum, o de garantir a satisfação básica da família, sendo que nenhum dos membros recebe salário pelo trabalho que desempenham dentro da propriedade.

Quanto à divisão do trabalho no universo investigado destacou-se a presença do trabalho infantil. Todos os membros da família comentaram que começaram a trabalhar muito cedo. Conforme Brandão (1982), os filhos passam a ser inseridos no trabalho para a redução dos custos com mão-de-obra, tanto é que o Censo²⁷ de 2000 diagnosticou um crescimento do trabalho infantil. No período analisado, o número de crianças entre 10 e 14 anos era de 563 mil trabalhando na cidade e de 580 mil nas áreas rurais, apontando um crescimento de 76% do trabalho infantil no Brasil; no entanto, 48% destas crianças não recebiam remuneração alguma, tendo em vista que grande parte delas trabalhava no campo.

Uma moça da Colônia São Domingos relata como ocorre a inserção das crianças no trabalho,

²⁷ Fonte: Zero Hora. A nova família brasileira. Dez/2003.

[...] a gente começa desde cedo, a mãe leva o bebê porque não tem com quem deixar em casa, e tem que levar junto porque tem que ajudar o esposo no serviço. Então a gente vai aprendendo desde pequeno, a mãe pede ou para buscar alguma coisa [...] ou parte da gente ficar curioso e querer ajudar [...] ou vai plantando alguma coisa na frente aí se tá errado a mãe vai e corrige, mas até muitas vezes não fala nada até mesmo pra influenciar... Porque nós do meio rural, a gente deixa de brincar mais cedo do que as outras crianças. Eu com 6 anos quando eu ganhei a minha boneca, o meu carrinho, eu já não tinha aquela vontade de brincar..... (L.D.).

Seguindo o mesmo raciocínio um rapaz da Colônia Colorado expressa sua opinião,

[...] o trabalho no campo começa quando a gente é pequenininho mesmo, a gente vai pra lavoura [...] aí vai ficando maior, aí tem uma máquina agrícola, a gente gosta daquela máquina agrícola, aí anda com o pai em cima, daqui a pouco a gente aprende a manusear aquela máquina, aí tem responsabilidade com aquela máquina que é uma verdadeira fortuna, né? Então a gente tem responsabilidade sobre aquilo ali. Daqui a pouco a gente sabe desempenhar outros tipos de serviços dentro daquele meio, no campo. Então a gente vai aprendendo, vai desenvolvendo. (E.C).

Existe uma responsabilidade internalizada nos entrevistados que desde cedo aprendem o trabalho e assumem responsabilidades: “Quando a gente é pequeno tá ali pra passar o tempo, pra crescer. Depois quando a gente chega numa certa idade tá ali pra ajudar, somos praticamente obrigados a ajudar.” (E.C.).

Quanto à divisão do trabalho, percebe-se que ainda está fortalecida a divisão por gênero nas atividades; com naturalidade a opinião das mulheres evidencia estas diferenças. Uma delas relata: “as mulheres tem o serviço mais leve, os homens o serviço mais pesado, é diferenciado, as mulheres cuidam da casa, [...] meu pai cuida da lavoura.” (R.D.).

Os homens também comentam a relação que as mulheres possuem com o núcleo doméstico, os quais têm maior relação com a lavoura: “A mãe... tira leite, arruma a casa, faz comida, lava roupa. O pai no serviço da lavoura, leite? Nem pensar... eu fico na escola e na lavoura.” Tirar leite é uma atividade que geralmente pertence ao universo feminino, não somente por ser considerada leve, (com uso da ordenhadeira tornou-se ainda mais prático) mas pelo fato de ser uma atividade que exige mais cuidado e higiene.

O depoimento abaixo demonstra claramente que a divisão de atividades por gênero tão bem descrita na literatura, foi confirmada pelos entrevistados, colocando as mulheres como frágeis ao trabalho que exige mais força e cuidado:

Há uma divisão do serviço do homem e da mulher no meio rural, geralmente a mulher fica mais assim, na área onde tem mais cuidado, é mais delicado né? O homem não, o homem faz o serviço mais pesado, no nosso caso a nossa família, a gente trabalha com máquinas agrícolas, com defensivos, mexe com animais, a mulher é mais com o serviço delicado. (U.N.).

Quanto às estratégias de trabalho utilizadas pelas famílias, observa-se na Tab. 6 que em 65,3% dos casos o trabalho é desenvolvido apenas pela família; 17,4% realizam troca de serviço, muito comum entre agricultores familiares, e em apenas 4,3% dos casos há um empregado remunerado, sendo que 13,0% contratam mão-de-obra durante a colheita.

Tabela 6 - Estratégias de trabalho em Morro Redondo, nos períodos de maior demanda.

Quem trabalha na unidade	Nº casos	%
Somente a família	15	65,3
Troca dias de serviço	04	17,4
Possui empregado	01	4,3
Contrata mão-de-obra eventual	03	13,0
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – UFPel/ FAEM, 2005.

4.1.2.1 Tomada de Decisão

Em se tratando da autoridade paterna, que vigorava com maior ênfase em tempos passados. Percebeu-se no município em questão algumas evidências de que a autoridade centrada na figura paterna, passa a dar espaço para decisões conjuntas com envolvimento dos demais membros da família. Os mais jovens dotados de vigor para o trabalho no campo, passam a ser incumbidos de maior responsabilidade. Situação evidenciada no exemplo de uma família da Colônia Colorado, em que o chefe da exploração conta com o auxílio de sua esposa e de dois dos seus seis filhos para trabalhar na unidade. Quando questionado se já havia pensado em abandonar o meio rural, diante do cansaço que expressou para o trabalho, respondeu:

Eu pensei nisso, ai o guri disse: não pai, vamo fazê o seguinte, vamo bota uma estufa de fumo. Eu e a esposa, somo velho também... já não temo força, já trabalhemo que chega. O que nós vamo arrumá agora com o fumo? Ai o guri disse, deixa com nós. Nós tomamo a frente, e vamo experimentá. (W.A.).

Neste exemplo, é transparente a participação dos filhos nas decisões quanto ao rumo dos negócios da família. No entanto, quando os pais ainda possuem vigor para o trabalho percebeu-se que há maior resistência no controle das decisões sobre a propriedade. É o que revela a opinião de jovens agricultores sobre a divisão de tarefas, tomada de decisão e, principalmente quanto a assuntos que envolvam dinheiro,

[...] As atividades que envolvem dinheiro é mais o meu pai. A minha mãe muito pouco, o meu pai que sai para resolver os negócios, se tem que comprar implemento é ele que vai comprar, [...] investimento no banco, financiamento é ele que vai buscar [...] lá em casa [...] não tem nada de dinheiro separado, tudo fica com o meu pai no caso. (C.B.).

Um rapaz da Colônia São Domingos relata como funciona a organização da família nas atividades que envolvem assuntos financeiros “o meu pai... a minha mãe ajuda no serviço, mas quem contabiliza é o meu pai.” (H.B.).

A opinião destes rapazes comprova a permanência da divisão de atividades entre homens e mulheres, percebe-se que o dinheiro continua vinculado ao domínio masculino, geralmente é o pai quem negocia ocasionalmente acompanhado do filho

mais velho. “Agora que eu cresci, tem uma divisão entre eu e a mãe, a gente discute, vê o que é melhor, junta uma opinião e faz, mas sempre direcionando ao pai, se a gente não consegue tem dúvida... aí é o pai.” (E.C.).

Observou-se nas respostas sobre o poder de decisão, que as famílias continuam mantendo uma hierarquia, cuja figura paterna continua em destaque, principalmente quando o assunto é monetário. Por outro lado, há evidências da maior participação dos filhos, nos negócios da família, principalmente no caso dos rapazes.

No depoimento de um rapaz de 19 anos da Colônia Sanga Funda, contando como a família tomou a decisão quanto ao plantio de fumo na propriedade: “a idéia foi minha, eu disse vamos plantar fumo, os outros estavam plantando, meu pai ficou pensando, ai eu disse podemos tentar. Deu certo, plantamos já há três anos.” (J.R.).

A literatura aponta que o conflito de gerações pode se referir a visões diferentes sobre a condução dos negócios, como no uso de novos métodos e técnicas de trabalho. As relações de trabalho se confundem com as relações familiares, podendo impedir o avanço da propriedade familiar. De acordo com os depoimentos colhidos, percebe-se que em Morro Redondo os filhos que ainda permanecem em casa estão mais próximos dos pais, participando dos negócios da família. Obviamente mudar uma estrutura de poder não ocorre rapidamente, pois como pano de fundo estão os valores, sentimentos e ações dos indivíduos que perduram por gerações.

4.1.3 Forma de obtenção de terras

Através dos dados da Tab. 7 é possível saber que a herança é a forma principal de obtenção das terras informadas por nossos entrevistados, correspondendo a 42,0% das 62 famílias em que foram aplicados os questionários. Essa condição é um dos traços que definem a agricultura familiar enquanto forma social de produção, no qual um dos cônjuges recebe a propriedade paterna. A compra de parentes foi apontada em 12,9% dos casos e inclui situações de acertos entre familiares os mais diversos. A compra de terceiros atinge 27,4% dos casos.

Tabela 7 - Forma de obtenção da propriedade.

Aquisição da propriedade	Nº casos	%
Herança	26	42,0
Compra de parentes	08	12,9
Compra de Terceiros	17	27,4
Posse Provisória	02	3,2
Outra forma, incluindo doação	09	14,5
Total	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP, CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Quanto à forma de obtenção da propriedade, em se tratando de herança entre homens e mulheres, já relatou-se anteriormente que geralmente está centrada na linha masculina. Em Morro Redondo, conforme a Tab. 8, 64,0% das propriedades foram herdadas pelo esposo e apenas 24,0 % pelas esposas, e 27,4% dos entrevistados compraram suas propriedades de terceiros.

Há também situações em que um dos filhos abandonou a propriedade paterna para estabelecer-se em outra propriedade, ou seja, diante da impossibilidade de manter-se junto com a família (principalmente após o casamento) busca outro local para trabalhar, sendo que a propriedade familiar possui área restrita e indivisível enquanto o chefe de família permanece no comando. Muitas vezes ocorrem arranjos entre os próprios membros da família, o depoimento de B.P. exemplifica esta condição, “eu não tenho terra aqui é... arrendada. Aqui é dum irmão meu. Eu pago... nem pode dizer que é arrendado... a plantação... eu dou uma parte pra ele...”

Também, diante da escassez de terra para trabalhar um chefe de família relata suas estratégias,

A minha propriedade dá três quilômetros e meio daqui... eu moro aqui... eu exploro aqui... arrendado... aqui é arrendado... só que eu moro aqui porque eu

tenho 40 há... e lá são 7 ha. Então é mais fácil eu me programar aqui em cima desses 40 [...] lá eu uso... eu coloco algum animal... eu faço alguma lavoura... (D.C.).

Tabela 8 - Qual dos cônjuges recebeu a herança.

Quem recebeu herança	Nº casos	%
O esposo	16	64,0
A esposa	06	24,0
Ambos	0,1	4,0
Outra pessoa	0,2	8,0
Total	25	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP, CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Em se tratando da herança recebida pelas mulheres, há casos de divisão onde estas recebem parte menor em relação aos homens. O depoimento abaixo evidencia esta condição,

Ali também foi dividido... não entrô em herança. Eles dividiram antes, era uma parte, quatro hectares pra cada filho. As gurias... porque os guri pegaram em vinte hectares, Sabe que filha mulhé sempre depende do marido. Eu vendi [a terra] porque não tinha valor pra mim [...] era muito longe. Aí eu vendi e ajudei ele [o marido] a comprá outra coisa. (J.D.).

No estudo realizado por Woortmann (1995), sobre a herança feminina e suas implicações, referiu-se que a sucessão é modificada quando as mulheres recebem terras, além do tradicional dote. Quando não vão embora, recebem menor quantidade em relação aos irmãos, e acabam vendendo ao sucessor a sua parte. Neste sentido, explica-se a forma passiva com que a entrevistada refere-se “a mulher sempre depender do marido”, devido a ser pratica costumeira no meio rural. No decorrer do trabalho de campo encontrou-se uma situação que reafirma o fato da mulher que

permanece na propriedade não ser vista como sucessora²⁸. Conforme mostra o depoimento de L.A. sobre o futuro da propriedade, tendo apenas uma filha que reside na propriedade com a família revela: “ah... eu fico pensando... tomara que os netos fica... é uma coisa natural, um dia vai chegá, esse dia né? Nós não vamos ficá eternamente aqui...”

No entanto, segundo o Censo Comunitário Rural de 2000, analisando o caso Brasileiro quanto à obtenção de terras, embora os homens sejam favorecidos por práticas relativas à herança, em se tratando das mulheres a herança é o meio principal de acesso a terras. (apud DEERE; LÉON, 2003).

4.2 Previdência Social Rural

Em Morro Redondo, outro traço importante das explorações familiares, evidenciado pela pesquisa AFDLP, é a ampla presença de aposentados e pensionistas rurais. Aspecto este confirmado na pesquisa de campo, quando muitas vezes encontrava-se nas propriedades o casal, sendo que em alguns casos, ambos eram aposentados.

Nesse município, como mostra a Tab. 9, a presença de aposentados e/ou pensionistas verifica-se em 2/3 dos estabelecimentos. Estes, como mostra a mesma fonte, apresentam uma renda agrícola (R\$ 5.204,32) inferior às explorações onde não há aposentados ou pensionistas, onde ela alcança R\$ 6.504,50. Entretanto, no que toca à renda total (soma de todos os tipos de rendas agrícolas e não agrícolas) a situação se inverte e são os estabelecimentos com aposentados/pensionistas os que apresentam um valor médio mais alto (54,3%).

²⁸ Ser agricultora não é uma profissão, mas um estatuto matrimonial. Quando casada, a mulher passa a dever várias obrigações frente ao marido, o que na agricultura implica participar dos trabalhos na lavoura. (CARNEIRO, 2001 p. 31).

Tabela 09 - Renda Agrícola e Renda Total das explorações familiares investigadas segundo a existência ou não de aposentados e/ou pensionistas da previdência social.

Presença de Aposentados /pensionistas	Nº casos	Renda Agrícola	Renda Total	%
Sim	41	5.204,32	13.119,14	66,1
Não	21	6.504,50	8.504,36	33,9
Total	62	11.708,82	21.623,50	100,0

Fonte: Relatório Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Há casos de famílias que também abrigam sogro ou sogra na mesma residência, geralmente sofrendo com doenças relativas à idade. Quanto a indagação se o benefício contribuía para as despesas da família alguns depoimentos revelaram, “Ajuda um pouco, ela toma remédio. Ela é doente” (P.I.). “Eu gasto... me sobra duzentos reais, e eu gasto em remédio depois.” (J.C.).

[...] ajudou na época o pai não colhia assim... recém estava começando a plantar... porque a batata, o feijão, nada estava dando... pro gasto... pra vender... aí o pai começou com o aviário, o aviário tava empatando né... a aposentadoria que teve mantendo, equilibrando... (L.A.).

Perguntar aos entrevistados, se o benefício dos pais, sogro ou sogra contribui para as despesas da propriedade, gerava certo desconforto aos entrevistados para formular uma resposta. Principalmente para os homens, que se sentem impotentes em aceitar auxílio monetário de algum membro da família, fato este, que pode ser explicado considerando que o chefe de família sempre é visto como o provedor do lar.

Às vezes ajuda, mas a gente não procura que ela ajude. Tem as doenças dela, ela tem que comprá remédio, esses troço assim... Então quando ela pode, ela ajuda [...] porque eu não acho direito de quem trabalhou anos, de repente, os filhos querê usá a aposentadoria dos mais velhos. (I.P. comentando sobre o uso da aposentadoria de sua sogra).

[...] paga telefone... paga luz...é pouquinho né... é um salário [...] antes a gente trabalhava agora depois que os filhos formaram e saíram ... e também a gente parou mais.. porque não dá.. eu tenho problema de pressão alta ... não agüento mais trabalhar no sol quente... a gente só cuida dos animais... ganha um pouquinho só pra viver...(M.B.).

Outros depoimentos ressaltam a importância dos recursos previdenciários: “Há... muita gente depende disso aí, olha se não fosse a aposentadoria, desses mais velhos aí, olha tchê, não sei se tinha agricultor aí nessa zona, não sei se teria.” (J.D.).

A importância da previdência é igualmente percebida pelo reconhecimento do processo de envelhecimento do meio rural, tal como indicam os depoimentos abaixo transcritos:

A colônia tá muito ruim... então eles vão tudo embora para cidade... um procura emprego... outro procura outro... porque a colônia tá muito ruim...bah... a 5 anos atrás o cara ia num boteco, num tinha dia de chuva aí.. assim... assim de jovem... e hoje você chega ai num boteco aí... não tem nenhum. Aqui nessa zona... tem mais é colono aposentado mesmo... aqui é.. pode recorrer, casa por casa, prô se vê aí, muito difícil ter uma casa que não são aposentados [...] quem fica mais na terra é... pessoa jovem não fica... é muito difícil... meia idade vamo dizê... é os pais... pode chega num colono ai e vê se tem um bem jovenzinho aí... que teja plantando... tomando conta... não tem mais. É os pais que fica. (B.P.).

A tendência eu acho que é todo mundo ir pra cidade, eu acho que vai todos. Quem tá na agricultura agora são os mais velhos, no caso nós aqui, os irmãos dela (esposa) já foram tudo para a cidade, ficou eu e ela... tem quantos vizinhos que tá só o casal. (P.C.).

A opinião quanto à evasão do meio rural, principalmente opinando sobre os mais jovens, aparece referida em frases como “aqui só ficam os mais velhos.” Os agricultores e agricultoras que se mantêm no meio rural vêm diminuída sua resistência física para o trabalho e procuram superar seus limites. Quanto ao futuro, revelam suas intenções, “me aposentar e não trabalhar mais” (E.S.). “[...] Mais eu acho que no futuro, a gente tem que ir parando, devagarinho, diminuí, trabalhá menos...” (N.R.).

A média da idade²⁹ dos entrevistados é de 52 anos, geralmente nesta faixa etária acredita-se que um indivíduo esteja com plena saúde física e mental. Porém para aqueles que trabalham no meio rural a situação é diferente; o ritmo de vida faz com que as pessoas tenham suas forças e condições para o trabalho reduzidas.

²⁹ Fonte: Pesquisa AFDLP, 2003.

Associado ao envelhecimento identificou-se muitos problemas de saúde no âmbito das famílias. Das 23 unidades de produção visitadas em apenas duas não encontrou-se algum membro da família doente. Entre os problemas de saúde relatados, os mais incidentes são: depressão, hipertensão, reumatismo e distúrbios psíquicos. Ou seja, apesar da idade contribuir como fator limitante para o trabalho, há também fatores sociais e psicológicos que comprometem a qualidade de vida destas pessoas, que por serem idosos, sentem-se impotentes para modificá-los. A propriedade, em alguns casos passou a ser um lugar de moradia para aqueles que estão amparados pela previdência social rural, e/ou que aguardam sua inclusão como beneficiários da seguridade social.



Figura 4 - Casal de agricultores Colônia Colorado.
O casal possui seis filhos, mas apenas dois (mais velho e o mais novo) ainda permanecem na propriedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, março, 2005.

4.3 A Situação atual da Agricultura e do mundo rural na perspectiva dos entrevistados

4.3.1 Crise de expectativas

Tanto na visão dos pais como na visão dos filhos, a motivação não é um fator que favoreça o desempenho destas pessoas para o trabalho no campo. As intempéries climáticas³⁰, contribuem para que aumente a desmotivação de quem vive no meio rural, fortalecendo o que entendemos como “crise de expectativas.”



Figura 5 - Propriedade à venda na Colônia Passo do Vieira.
Esta fotografia ilustra parte do cenário encontrado no interior de Morro Redondo.
Fonte: Pesquisa de Campo, março, 2005.

Quando os entrevistados foram solicitados a comparar a situação atual com a situação vivida pelos seus pais (Tab. 10) apenas 12,9% demonstraram otimismo respondendo que melhorou muito, em todos os aspectos. Para 58,1% dos entrevistados

³⁰ O período de estiagem foi um dos mais prolongado dos últimos anos. Segundo os agricultores entrevistados, a região ficou praticamente 4 meses sem chuva, este fator contribuiu para a desmotivação dos agricultores. Na fase em que foi desenvolvida a pesquisa (15/03/05) no final de semana havia chovido, percebia-se que os agricultores estavam esperando este momento há muito tempo. Foi um misto de contentamento e angústia com os reflexos causados pela seca.

melhorou em algumas coisas. Chama a atenção que 25,8% dos entrevistados responderam que não melhorou nada, que o momento presente está pior em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura. Essa informação é complementada nos dados da Tab. 11 a qual mostra o elevado nível de pessimismo e crise de expectativas das famílias rurais de Morro Redondo. Nada menos que 54,8% dos entrevistados, não visualizam perspectivas na agricultura nas atuais circunstâncias; 40,3% responderam afirmativamente, e 4,8% não souberam ou não quiseram responder.

Tabela 10 - Distribuição dos entrevistados segundo a avaliação que fazem da situação atual com o período em que os pais trabalhavam na agricultura.

Situação Atual	Nº casos	%
Melhorou muito, em todos os aspectos.	08	12,9
Melhorou em algumas coisas.	36	58,1
Está pior do que antes, nada melhorou.	18	25,8
Não sabe/não respondeu.	01	1,6
Não se aplica (pais não eram agricultores)	01	1,6
Total:	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Tabela 11- Opinião dos entrevistados diante da pergunta se vêem perspectivas na agricultura na atual conjuntura.

Vê perspectivas na agricultura	Nº casos	%
Sim	25	40,3
Não	34	54,8
Não sabe/sem resposta	03	4,8
Total:	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Diante do pessimismo dos agricultores de Morro Redondo evidenciado na Pesquisa AFDLP, procurou-se retomar a questão com os entrevistados para registrar algumas das impressões sobre o cotidiano rural. Existe certo descrédito sobre o peso das políticas agrícolas, e sobre o papel dos órgãos públicos. Diante da pergunta sobre o que pensavam ser importante para o desenvolvimento local e o que imaginavam para o futuro da região, muitos entrevistados tinham dificuldade de imaginar o futuro, no sentido de externar expectativas para melhorar suas condições de vida. Alguns depoimentos revelam a percepção dos entrevistados, É agora eu nem sei... olha, a única coisa que eu acho é que tinha que acontecer, é voltá ao normal como era naquela época... antiga... há 10, 15 anos atrás.(R.C.).

Ah, o que mudou... ah... piorou tudo, a colônia... no tempo que eu tava morando só com meu pai, solteiro ali.... nós fazia safra... barbaridade... comprava terra... meu pai tem um monte de terra. (B.P.).

Olha tem que lutar, não é? Mas não tem muito, por causa que, o problema maior é o clima e o adubo, muito caro. Isso aí é caro demais... o preço acho que mais ou menos quase 50 reais o saco do adubo, e depois se produz e vende por 10 reais o saco do ilho. (F.C.).

No depoimento de uma agricultora já aposentada, devido a problemas de saúde, ela relata que trabalha com dificuldades nos afazeres domésticos e junto com seu marido tomam conta da propriedade: “Agora a gente acha muito difícil trabalhá, o corpo pesado já não ajuda mais.” (T.K.).

Sua opinião quanto a melhorias que tenham ocorrido no meio rural difere das opiniões masculinas. Percebe-se que o fato de alguns utensílios que antes eram encontrados apenas no meio urbano, estão hoje presentes dia-a-dia no meio rural, tornando-se um fator positivo diante da comodidade e praticidade (freezer, geladeira e outros) sendo vistos como benefício principalmente para as mulheres, ainda que tragam consigo implicações importantes:

[...] Numas coisas melhorô, uma coisa era mais difícil... Porque veio a luz, mas você tem mais despesas muito mais conta... naquele tempo nós não tinha nada disso... Não se podia carnear um animal pra por no freezer... não se tinha carne... como se tem hoje em dia tu pode tê. (J.D.).

4.3.2 A incidência da pluriatividade

A necessidade de mão-de-obra adicional em determinadas fases do ciclo produtivo agrícola, em consequência do plantio, mais precisamente na colheita, levará ao agricultor a reorganizar sua estrutura para ter mais ou menos braços de trabalho dependendo da fase que se encontrar. No trabalho de campo, observou-se que em algum momento do ano os entrevistados recorrem ao trabalho assalariado, ou como contratante ou como contratado, bem como a outras formas de trabalho para reduzir seus custos.

Outra questão que nos pareceu relevante diz respeito a pluriatividade³¹ (Tab. 12, 13) no município. Com a instabilidade da agricultura, os agricultores procuram buscar formas alternativas de sobrevivência, de forma a incrementar o nível de ingresso econômico da unidade de produção. Segundo Carneiro (2000, p.123) “a pluriatividade

³¹ Combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família. (Schneider, 2003) Conteúdo aprofundado por Sacco dos Anjos (2003).

passa a constituir, em algumas regiões, a condição para a permanência da atividade agrícola, ainda que secundarizada como fonte de renda.”

Tabela 12 - Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a condição de pluriatividade.

Tipo de estabelecimento	Nº casos	%
Agrícola Exclusivo	36	58,1
Pluriativos	26	41,9
Total:	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP, CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

A pluriatividade aglutina em torno de si os mais diferentes tipos de ocupações em caráter permanente ou eventual, como o trabalho em abatedouro da comunidade, o comércio de hortaliças, corte de madeira para terceiros, serviço público, prestação de serviços pessoais, dentre outros. Os estabelecimentos pluriativos são aqueles em que há pelo menos um dos membros que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Através da Tab. 13 verificamos que a Renda Agrícola Média Anual dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas é significativamente mais alta (R\$ 6.989,43) que entre os pluriativos (R\$ 4.020,84). A mesma tabela mostra, entretanto, que a renda média total, representada pelo conjunto de todas as rendas, é mais alta entre os pluriativos, correspondente a R\$ (13.175,89), do que entre os exclusivamente agrícolas. São justamente as atividades desvinculadas da produção agropecuária que marcam a diferença, em que pese o fato das transferências sociais atingirem um valor praticamente idêntico entre os dois tipos de explorações.

Tabela 13. Tipo das rendas segundo a natureza nos estabelecimentos familiares de Morro Redondo.

Indicadores	Morro Redondo	
	Agrícola Exclusivo	Pluriativos
Renda Agrícola	6.989,43	4.020,89
Renda de atividades não-agrícolas	0,00	4.825,98
Outras rendas do trabalho	0,00	632,52
Renda de outras fontes	0,00	64,62
Renda de transferências sociais	2.652,44	2.762,99
Renda Total	10.411,65	13.175,89

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

(*) Média c/ recorte de 5%

4.3.3 Comercialização dos produtos

Estes agricultores que têm suas vidas marcadas pelo trabalho na terra, e especialmente aqueles que desenvolvem basicamente atividades agrícolas, demonstraram a insatisfação e preocupação em plantar e não ter para quem vender seus produtos. Essa constatação foi geral entre os entrevistados ao confrontar o tempo presente com a época em que eram crianças e que seus pais plantavam, colhiam e vendiam sua produção. No depoimento do agricultor G.A. que aos 86 anos contou como era sua atividade na agricultura,

[...] Anos atrás eu plantava batata, cebola [...] antes se vendia, leite. Esse negócio de agricultura terminô. Porque naquele tempo vinham em Morro Redondo, vinham buscá cebola, batata, feijão... e vinha em casa. Hoje em dia não tem mais depósito. A gente planta vai vendê pra quem?

Neste mesmo raciocínio R.D. também com idade similar a de G.A relatou suas experiências na agricultura “praticamente... eu tô plantando quase tudo que eu sempre plantei, mas só pro meu consumo, pra vendê não dá, eu não acho pra quem vendê.”

No caso destas duas famílias, foi necessário mudar suas estratégias para adequarem-se às transformações que ocorreram quanto à comercialização de seus produtos.

G.A. estando aposentado, seu filho do meio F.A. permanece em casa e trabalha com hortigranjeiros. Face à situação aludida precisou aperfeiçoar seu trabalho; utiliza irrigação, planta colhe e ele mesmo leva seus produtos para vender nas feiras em Pelotas, sem intermediário. Sobre esta mudança comenta: “começou querendo mudá mesmo, já se vendia pra um pessoal aí que comprava, e ai se começou a plantá mais... plantá mais... dessa variedade.”

No caso de R.D. frente às dificuldades que vinha encontrando por não conseguir comercializar seus produtos, a decisão partiu de seus dois filhos que permanecem em casa, (o mais novo e o mais velho); os demais (4 filhos) abandonaram a agricultura e trabalham em outras atividades. Aos que ficaram, encontraram como alternativa a cultura do fumo, R.D. revela “ eles trabalham comigo e é dividido né, a renda em partes igual [...] tô segurando eles porque eu coloquei a estufa pra planta fumo, né? É a única coisa que segura, salva a gente, porque o resto não dá”

Percebeu-se que em cada exploração ocorreram algumas adequações para que pudessem manter-se frente às transformações que o mercado exige. Em todas as unidades os depoimentos são similares plantam (batata, feijão, cebola e outros) somente para o consumo. “[...] a pessoa tem que ter como vendê as coisas, se a gente plantasse bastante, tivesse para quem vendê, tinha que melhorar esse meio” (Depoimento da agricultora, A.F.).

Há quem aponte que a solução está na organização dos agricultores, tal como refere o depoimento de um jovem agricultor da Colônia Colorado:

Eu acho que tinha, todos os que são da agricultura por exemplo, produtores de pêssego, se reunir e fazer.... a gente agora planta pêssego lá, o ano passado valeu 0,70 centavos e 0,80 o preço do quilo. O adubo por exemplo era trinta pila o saco. Agora esse ano (referindo-se a 2004) subiu para 40, os venenos subiram tudo para bem mais o preço e o pêssego para 35 agora foi baixar. Todos os anos é assim, a gente nunca tem preço certo... (N.G.).

O mesmo rapaz com desânimo comenta sobre as oscilações de preços, “Por exemplo, a gente planta cebola, não vale nada. Agora que ninguém tem, tá valendo R\$ 3,00 na época da colheita vale 0,15 centavos menos até.”

Seguindo o raciocínio da necessidade de organização dos agricultores, encontramos um exemplo na Colônia Santa Bernardina de um grupo de pessoas que criaram uma associação para empacotar, e vender o feijão produzido pelos membros da associação. Segundo E.N. um dos coordenadores, a necessidade de criar uma associação surgiu devido a dificuldade em vender o produto,

Nós colhia e ficava no galpão e vendê como? [...] então surgiu a idéia de nós mesmo empacotar. Os outros estavam aí empacotando e ganhando dinheiro [...] nós iniciamos com mais de 60 famílias mas vem diminuindo um pouco... é uma cultura difícil de se plantar em parte é até fácil, mas muitos vão abrindo fora [...] tem que ser um pedaço, pequeno da área, coisa tudo manual...Tem que colher numa hora só e ai aperta. A maneira de colher também é difícil para fazer manual aí uns vão abrindo fora... uns já pararam de plantar pegaram outra atividade e assim largaram. Esse ano a gente não sabe o quanto vai empacotar. Não temo essa idéia ainda para essa estiagem diminuiu muito... mais de 60% quem previa colher tanto e não colheu quase nada...

Estas famílias buscam estratégias, o exemplo acima identifica que o problema não é apenas de um produtor, mas da maioria. Neste caso específico um grupo de agricultores encontrou como alternativa a ação cooperativa, que apesar de alguns problemas, está ainda em atividade. Muitas famílias, conforme abordado anteriormente, encontram alternativas em atividades não-agrícolas, mas a cultura do fumo é avassaladora. Segundo informação de um entrevistado, no período em que foi realizada a pesquisa, em Morro Redondo haviam cento e uma estufas de fumo. Muitos agricultores relataram que fizeram esta opção reconhecendo os riscos, principalmente os danos que a produção de fumo pode causar à saúde. Em uma das entrevistas uma agricultora relatou os problemas de intoxicação: “A gente já experimentou de tudo... tudo... não é? chácara... plantamo fumo... uns pezinhos prá cá... depois eu adoeci,

pequei uma intoxicação... tudo que se planta é pulverizado não é? Aí foi que a gente parou mesmo...” (M.B.).

No entanto, afirmam que a cultura ajuda a melhorar a renda da família diante da escassez de outras oportunidades, “[...] Na época eu queria frango também... fazê um aviário... não é fácil fazê aviário... tudo caro... ai veio o negócio de fumo... que era mais fácil [...] pêssigo se for pra começa agora... já tá cheio... com o fumo pelo menos você ganha um dinheirinho.” (E.K.).

O depoimento a seguir é da filha de E.K. que na época da entrevista estava grávida, e sua fala estava carregada de emoção. Em todas as suas intervenções durante a entrevista, demonstrou uma visão crítica em relação ao descaso governamental diante das pessoas que vivem no meio rural, ao mesmo tempo precisa conviver com a produção de fumo, mesmo reconhecendo os males do tabagismo: “Uma coisa que mata as pessoas... o povo vive comendo cigarro, eu tô grávida de oito meses... eu tenho uma sobrinha... com menos tempo que eu fumando... ela gosta do filho?” (H.I.).

É fato que a agricultura familiar possui a capacidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, tendo a oportunidade de buscar uma renda alternativa fora do estabelecimento produtivo. A oportunidade de trabalho e de renda não-agrícola gera oportunidades que fortalecem a agricultura familiar e agem positivamente na melhoria do padrão de vida da população. No entanto, a produção de alimentos básicos, que em tempos passados eram fornecidos à população urbana (hortifrutigranjeiros em geral), estão sendo substituídos por outras culturas pelos agricultores, pois, de acordo com seus relatos, não encontram compradores. Além disso, de acordo com seus depoimentos “não conseguem competir com os produtos que vêm de fora”, inclusive de outros estados.

4.4 O Destino da Propriedade Fundiária

Todo o cenário apresentado neste título tem como propósito: investigar a transmissão de patrimônio intergeracional no contexto das propriedades familiares de Morro Redondo. Diante dos relatos sobre o baixo rendimento na agricultura, escasso número de filhos, precariedade da saúde, ciclo de vida, crise de expectativa para os jovens, obviamente o destino da propriedade familiar poderá ficar consideravelmente comprometido.

Embora existam evidências que os membros das famílias investigadas tenham uma visão mais ampla sobre a realidade que seus antepassados, diante do contato realizado através das entrevistas foi possível perceber que, em se tratando de assuntos que abordem o destino da propriedade, existe certo receio e desconforto entre os envolvidos em expressar sua posição.

Uma forma encontrada, na pesquisa AFDLP, para avaliar a percepção dos entrevistados sobre os rumos da atividade agrícola e a identificação das famílias com este ofício, é mostrada através dos dados da Tab. 14. Quando indagados sobre o desejo de que os filhos fossem agricultores³², 51,6% responderam afirmativamente, ao passo que 37,1% disseram que não e 9,7% não souberam ou não quiseram opinar sobre este assunto.

³² Nos demais municípios os percentuais apresentados nesta questão respondendo afirmativamente foram: Salvador das Missões 58,6%, Três Palmeiras 61,0% Veranópolis 64,4%.

Tabela 14 - Opinião dos entrevistados quando perguntados se gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor.

Gostaria que os filhos seguissem a profissão de agricultor?	Nº	%
Sim	32	51,6
Não	23	37,1
Não sabe/sem resposta	06	9,7
Não se aplica	01	1,6
Total	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

As informações aqui reunidas oferecem alguns indícios para compreender a questão da sucessão na agricultura familiar. Os entrevistados³³ foram questionados sobre a existência ou não de sucessores em suas explorações. Neste sentido conforme a Tab. 15, 37,6% responderam afirmativamente, 38,7% responderam que não possuem sucessor, e 21,0% não souberam ou não quiseram responder a esta pergunta.

³³ Entre os quatro estudos de caso da Pesquisa AFDLP, é em Morro Redondo que os pesquisadores encontraram a situação mais desfavorável do ponto de vista da sucessão hereditária. Nos demais municípios os dados apresentados diante da pergunta se há perspectiva de sucessores os percentuais foram os seguintes: Salvador das Missões 51,7%, Três Palmeiras 57,6% e Veranópolis 44,1%.

Tabela 15 - Distribuição dos entrevistados segundo a existência ou não de sucessores na exploração.

Existência de sucessor	Nº casos	%
Sim	16	37,6
Não	24	38,7
Não sabe/ não respondeu	13	21,0
Não se aplica*	03	4,9
Total	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

(*) 4,9% não possuem filhos, não tem herdeiros.

Conforme se referenciou anteriormente, abordar o tema sucessão hereditária junto aos agricultores exigiu muita cautela, exigindo a realização das entrevistas em momentos e locais diferentes para que os entrevistados (pais e filhos) pudessem externar livremente seus pensamentos em relação ao destino da propriedade. As entrevistas na escola com os filhos dos agricultores transcorreram naturalmente; ocasião em que falaram dos seus projetos de vida com muita transparência. Quanto ao destino da propriedade não demonstraram dificuldade em expor o interesse de permanecer ou não junto à família e dar continuidade aos projetos familiares na propriedade.

Quando perguntou-se se o assunto relativo à transmissão de patrimônio era comentado em casa, em todos os casos a resposta foi a mesma: não há comentários sobre este assunto entre os membros da família. Fato este já diagnosticado por Abramovay et al, (2001) que relatou ser este “um assunto sobre o qual pouco se discute na família.” Ao discorrer sobre sucessão profissional e transferência hereditária no oeste Catarinense.

Um rapaz da Colônia Colorado atribui esta ausência de diálogo da família para que não haja conflito. Em sua fala procurou explicar seu pensamento em relação ao assunto,

Olha... acontece porque às vezes há uma intriga entre os irmãos... de cada um querer aquilo, um pouquinho daquilo para trabalhar, ou senão.... Ah porque tu não queres ficar o teu irmão tá deixando a terra para ti e tu não que ficar queres ir embora?. E aí depois se o pai e a mãe falecerem, quem é que vai ficar com a terra? O que é que nós vamos fazer? Se eu não quero e o outro não quer! Vai ficar tudo para ti o que tu vai fazer? Vai ficar parado, vai deixar para outras pessoas tomarem conta?, quem vai tomar conta?, né vai ser mau usado, mau cuidado, não vai saber tratar a terra, planejar essas coisas assim... (E.C.).

O relato deste rapaz se insere no contexto de uma família em que o conflito está ocorrendo. Percebeu-se que está relatando uma situação familiar no qual, o envolvimento dos pais é aparentemente parcial. Quando se perguntou sobre qual era a opinião dos pais, o rapaz fez a seguinte reflexão “[...] é uma preocupação... porque eles têm medo que aquilo ali seja perdido, mas fica mais para eles...” O assunto, quando abordado, é tratado entre os herdeiros, de modo que fragmentado. Porém, os comentários proliferam entre os envolvidos no processo sucessório, e, neste caso específico com certa pressão, “[...] lá em casa já o meu irmão e a minha irmã... já declararam que não querem... eles querem que fique tudo para mim, [mais novo], então eu não sei como eu vou fazer.” (L.V.).

Neste depoimento percebe-se, que em se tratando de filhos que não possuam interesse em assumir o comando da propriedade, cada um, a seu modo procura encontrar a solução. Como expõe o relato acima, até fazendo certa pressão sobre os demais herdeiros.

Quanto à opinião dos filhos sobre o pensamento dos pais, um rapaz da Colônia São Domingos revela,

Pensam eles no caso, eles são desmotivados com o serviço e para mim eles não querem que eu fique no meio rural, eles querem que eu saia do meio rural eles querem que eu estude bastante, que eu saia, vá arrumar um emprego, em um outro lugar. (I.G.).

Interessante que nesta situação este rapaz é o que tem intenção em manter a propriedade, os outros dois irmãos já deixaram claro que não pretendem ficar. Com o estímulo dos pais para que deixe a propriedade, que alternativa encontrará esta família com relação ao destino da unidade? Além dos possíveis conflitos e dilemas, a falta de comunicação entre a família contribui para que “coisas não sejam ditas” e tampouco

os pais possam saber o que passa pela cabeça de seus filhos quanto aos seus projetos de vida. Uma moça da Colônia São Domingos desabafa,

[...] o fato que a gente tem que trabalhar, tem que estudar, então é assim, a vivência com os pais, não a vivência de trabalhar de conversar sobre aquilo ali, mas conversar sobre a vida da gente, é uma coisa que priva a gente de falar com eles, de botar para eles as nossas idéias, o que que a gente quer, o que a gente tá pensando, porque imagina só, a gente chega em casa e muitas vezes eu me sento para almoçar aí o meu pai já tá lá, a minha mãe também tá fazendo outras coisas e tal, aí depois a gente sai para trabalhar tem um monte de coisa para fazer, não sei o que né..., aí chega de noite ou tem que estudar eles tão resolvendo alguma coisa ou querem descansar, então a gente não tem aquele tempo de conversar, sentar de contar o que tá acontecendo aqui na escola, o que aconteceu no final de semana o que que eu tô pensando, se eu tô triste, se eu tô feliz, isso daí é uma coisa que eu sinto falta bastante, a família já começa a não ter toda aquela harmonia total, aquela união, dos pais saberem o que que os filhos estão sentindo. (L.D.).

O depoimento desta moça estava carregado de emoção e percebeu-se sua satisfação em comentar suas angústias, simplesmente pelo fato de alguém naquele momento ouvi-la. Quanto aos pais, centrados no trabalho diário, submetidos ao desgaste físico e os problemas do cotidiano, muitas vezes contribuindo para que se afastem de seus filhos e para que não percebam suas angústias e necessidades. Para os jovens que dividem suas vidas entre a casa e a escola, sendo que são universos diferentes, as relações familiares tornar-se-ão cada vez mais complexas. Neste mesmo depoimento a moça reforça sua preocupação em relação à falta de diálogo, “[...] então fica meio difícil eu acho que isso aí perde aquela harmonia da família os pais não se integram com a vivência dos filhos, é uma vivência diferente, no mundo de hoje, nosso, do que eles viveram lá, então eu acho que isso aí é muito difícil.” (T.L.).

Quando perguntou-se a um rapaz se percebia também falta de comunicação na família, ele expôs a seriedade que atribuem ao trabalho, deixando perceber que as famílias rurais mantêm-se unidas pelo e para o trabalho, porém a comunicação em alguns casos é ineficiente,

[...] há uma certa separação, porque quando tu tá trabalhando, a gente não tá conversando, tá cada um naquele setor e tu não vai tá conversando, de noite tu chega em casa tu vai estudar, os teus pais vão assistir televisão, ou fazer outra coisa, não existe aquela integração de ele ir lá ou tu vim aqui, separa um para

cada lado e vai fazer o que tem que fazer e pronto né? Não existe aquela integração. (L.V.).

Quando relatou-se que abordar o tema sucessão hereditária entre os filhos aconteceu naturalmente, conversar com os pais exigiu muita cautela, sendo que em alguns casos não foi possível fazer alguns questionamentos. Na maioria dos casos, os pais relatam que gostariam que alguém continuasse o trabalho desenvolvido na propriedade. Em apenas um caso o pai foi enfático e revelou que não gostaria que seu filho permanecesse na atividade.

Sobre este assunto, um chefe de família do Rincão da Caneleira falando do futuro de seu filho revelou: “a gente tá torcendo para que ele não continue no ramo que a gente tá”

Esta posição converge com os dados apresentados na Tab. 14. Quando questionou-se se estes agricultores externavam sua vontade, e falavam abertamente com seus filhos sobre o assunto, coincidiu com o depoimento dos filhos: “Eu nunca comentei nada com ele, com nenhum deles, a mais velha, não que nem sabê de agricultura, porque ela sabe que não dá” (J.D.).

Quando se perguntou para um agricultor se seus filhos já haviam manifestado vontade em abandonar o meio rural, a resposta foi a seguinte:

Ah... diretamente assim ninguém fala nada... não pensa nisso, mas você sabe... agricultura é difícil... é uma coisa que quando não é chuva é preço... quando não é preço é...é...é sempre uma coisa errada né? agricultura é difícil né? só pra tá lá no dia a dia, pra saber disso né? tu não tem uma renda fixa... (D.C.).

No depoimento acima percebe-se que embora a situação esteja difícil e sem perspectiva de mudanças no meio rural, talvez por respeito e valor que os filhos atribuem ao trabalho dos pais, estes não externem a vontade de deixar a unidade familiar; diferentemente de quando este assunto é abordado fora do ambiente familiar, como no caso da escola, no qual sentiram-se menos compromissados em comentar sobre o assunto.

Embora as relações entre os membros da família, estejam sofrendo algumas transformações, a falta de comunicação é parte do problema, principalmente no que diz respeito ao planejamento que envolve o futuro da unidade familiar. Contudo,

comparado ao caráter rígido do modelo tradicional (ABRAMOVAY, 2001), nos dias atuais parece atenuado o que aponta para a possibilidade de maior diálogo entre as gerações implicadas.

4.1 O atual contexto e as Estratégias Familiares

Situações de ruptura nos procedimentos usuais de transferência de patrimônio fundiário podem estar associadas ao desejo dos filhos em algum momento de desligarem-se da família, justificado pelas baixas rendas agrícolas. É fato que muitos jovens estão abandonando o meio rural em busca de oportunidades. Na pesquisa realizada muitos depoimentos revelaram porque alguns membros das famílias mais especificamente os jovens estão abandonando a unidade familiar.

Dos principais motivos que levaram tanto os rapazes como as moças ao abandono do meio rural consta a falta de trabalho no meio rural, o casamento também aparece em alguns casos, como motivo para abandonar o meio rural, mas somente para as moças.

Os depoimentos abaixo exemplificam o sentimento de impotência dos pais que não conseguem suprir as necessidades dos filhos face a situação atual da agricultura,

[...] Eles tavam achando ruim, eles trabalhavam e eu não podia dá dinheiro pra eles, um queria comprá uma moto, queria tê dinheiro pra saí, sabe como é rapaziada [...] eles concordava também, se seguí assim na lavoura não podemo ficá... nós vai fazê o que temo que saí. (R.D.).

O problema é que os pais não tem condições de comprá coisas pra eles. Eles querem uma moto, uma roupa boa, como qualquer um qué tê, mas não tem mais condições de mantê [...] porque as nossas coisas não valem, valem lá, aqui pra nós não. (U.N.).

Muitas das filhas de agricultores abandonaram a propriedade quando eram muito jovens, em torno dos 14 anos, para trabalhar como domésticas em residências na cidade. O trabalho como empregada doméstica continua sendo umas das alternativas para abandonar o campo, o qual em alguns casos, não é bem visto pelas moças; mas na expectativa de conquistar algo melhor aceitam tal condição, “A gente pensa em

arrumá um serviço bom, não é, [...] que não seja assim... trabalhá em fábrica... pra mim não é bom... doméstica [...] O meu sonho é estudá e sê professora...” (C.V.).

Além disso, no caso de mulheres que permaneçam na propriedade, estas continuam não sendo vistas como prováveis sucessoras. O depoimento a seguir é de Z.B que possui uma filha única residindo na propriedade. H.I. sua filha está casada e tem dois filhos menores de 14 anos. H.I. ajuda a família na propriedade e seu esposo trabalha fora da agricultura. Sobre o futuro da propriedade Z.B. revela, “ah... eu fico pensando tomara que os netos fica... é uma coisa natural, um dia vai chegá, esse dia né? Nós não vamos ficá eternamente aqui...”

Neste caso, Z.B. não tendo outros filhos na busca da figura masculina para dar continuidade ao seu trabalho, apega-se aos netos que embora pequenos estão sendo cogitados como sucessores no futuro.

Quando os filhos abandonam a propriedade familiar é preciso redefinir os papéis de cada membro da família, pois passarão a ter menos um colaborador nas atividades diárias, independente de ser homem ou mulher. Por outro lado, a ida para a cidade, no caso dos jovens, torna evidente a importância do trabalho remunerado. Para os que continuam residindo no meio rural e exercem atividades não-agrícolas fora da exploração o objetivo é praticamente o mesmo:

[...] certeza do pagamento no final do mês. Eu acho... todo mundo vai pra lá porque sabe que no final do mês recebe. Embora muitas vezes não sabendo, não fazem a conta... não levam em conta que o que eles recebem eles vão pagar. De repente tu tá na colônia então tu planta né... não precisa comprar tudo... tu tira também muito sustento da terra. (H.C.).

É fato que muitos jovens querem abandonar o meio rural, mas existem também àqueles que se sentem identificados com a atividade e que optaram pela profissão de agricultor.

Encontrou-se um caso na Colônia Campestre de um jovem casal D.A. e C.M. ambos são filhos únicos. Optaram pela vida no campo, e tem como justificativa o fato de gostarem e sentirem-se acostumados com a rotina do meio rural. Possuem 7 ha de terra e exploram 40 ha arrendados. Nesta família percebeu-se que o casal (com duas filhas menores) trabalha em conjunto, os dois participaram da entrevista. Existe uma

divisão de tarefas, como exposto anteriormente, mas percebeu-se também que as decisões são compartilhadas. Na propriedade possuem ordenhadeira, tendo como atividade principal o leite. Com a tecnologia o trabalho ficou mais fácil. C.M. além dos afazeres domésticos e das atividades com o leite, relata "meu pai já tinha leitaria, eu sempre ajudei... desde pequena eu trabalhei na leitaria... em lavoura mesmo agora que a gente planta... pra gente mesmo... a batata o feijão, aí que eu fui começar a plantar."

A tecnologia ajuda a reduzir o trabalho pesado, como no caso de D.A. e C.M. onde facilitou o trabalho da família e a execução das tarefas entre o casal. Porém, neste caso identificou-se a situação isolada dos demais, na medida em que poucos foram os casos em que encontrou-se jovens (casais) residindo no campo. Precisamente registrou-se três situações de casais que residem junto com seus pais ou em residências independente dentro da unidade familiar. Em todos os casos são as filhas que casaram e permaneceram juntamente com a família. Além disso, evidenciou-se dois casos de filhos celibatários que assumiram a propriedade e cuidam dos pais.

Quanto às estratégias que a família utiliza para o momento da sucessão, conforme abordou-se anteriormente, inexistente um planejamento concreto. Tampouco se fala em recompensas para quem foi excluído da sucessão. Ao contrário, para aqueles que abandonam a unidade é comum prestarem algum auxílio financeiro àqueles que dão continuidade aos projetos da unidade. O processo sucessório como não vem sendo discutido, geralmente fica sob o controle dos próprios herdeiros, ou seja, quem vai deixando a unidade familiar não reivindica sua parte, principalmente enquanto os pais estão vivos. Porém, percebeu-se que depende de cada família e também da condição financeira dos herdeiros. O conflito ocorre quando mais de um herdeiro tem intenção em ficar trabalhando na agricultura. Sobre este aspecto têm-se dois exemplos encontrados na pesquisa de campo.

Em duas propriedades (Colônia São Pedro e Passo do Vieira), identificou-se estratégias para a transmissão do patrimônio fundiário, uma utilizada pelo chefe de família que está mantendo um filho na propriedade, e a outra por um dos herdeiros para no futuro tentar assumir a propriedade paterna.

Na Colônia São Pedro, o casal não trabalha na propriedade, ambos estão aposentados. Quanto aos filhos, apenas um está na propriedade, o filho do meio V.K., o

filho mais velho L.I. reside juntamente com sua família próximo da unidade dos pais, a filha ao casar abandonou a propriedade. De acordo com este relato parece que tudo está bem, porém quando foi realizada a entrevista com L.I. percebeu-se que a situação não estava tão resolvida quanto parecia. L.I.³⁴ demonstrou hostilidade para conversar e quando perguntou-se se a propriedade era sua respondeu, "[...] essa terra não é boa, cheia de morro, mas foi dividida assim..., prá ficá boa pra todo mundo, mas não tem o que fazê mais..., pra produzí" Após o relato de L.I. percebeu-se que já houve um "arranjo" entre os dois filhos homens já que a moça abandonou a unidade, e conforme alude a literatura, geralmente quem abandona o núcleo familiar (principalmente no caso das mulheres) acaba abrindo mão de sua parte. Quanto a V.K. que está residindo com os pais não pretende deixar o local, pois relata que está satisfeito. Não tendo terra conforme as palavras dos entrevistados "de boa qualidade" para ambos os filhos, um ficou insatisfeito. Enquanto os pais estiverem vivos a situação poderá manter-se inalterada, após o falecimento dos pais, o conflito poderá emergir.

O segundo caso da Colônia Passo do Vieira, é um pouco diferente. O entrevistado B.C. relatou que seu pai tem 50 ha, está aposentado, e seus quatro irmãos (no total são 11 filhos) que exploram a área. Os filhos mais novos que não tinham interesse na propriedade, abandonaram-na para trabalhar fora da agricultura. B.C. não reside com seu pai, (casado e tem uma filha) arrenda 15 ha de outro irmão, bem próximo da propriedade paterna. De acordo com o relato de B.C. enquanto seu pai estiver vivo não tem interesse em trabalhar junto com seus irmãos, mas não irá abrir mão de sua parte diante do falecimento do mesmo. Percebeu-se que o fato de B.C. ter se instalado próximo à propriedade paterna demonstra o interesse em no futuro reivindicar sua parte, além disso, os demais herdeiros também têm interesse "[...] na falta do pai, ah... sim... isso eu tenho certeza... é entre herdeiros. Eles vão querer a sua parte... esses mesmos que tão lá em Pelotas vão querer sua parte... cada um vai querer ficar com a terra aí..."

O relato sobre estes dois exemplos é para demonstrar que, tanto no primeiro caso como no segundo, aparentemente parece que a situação quanto à transmissão de

³⁴ L.I. no dia da entrevista estava muito nervoso. Pelo clima apresentado talvez houvesse se desentendido com alguém em casa, relatou "... hoje vocês não me pegaram num dia bom", não permitindo que a entrevista fosse gravada.

patrimônio fundiário está resolvida. Acredita-se que momentaneamente não exista alternativa, cada família de acordo com sua condição criou uma estratégia, porém diante do falecimento do chefe de ambas as propriedades esta situação tomará outro rumo, principalmente se cada herdeiro reivindicar sua parte.

4.2 Educação e Sucessão Hereditária no discurso dos jovens

Conforme a literatura evidenciou, optar pelo estudo para a maioria dos filhos de agricultores, é uma das formas encontrada para deixar a agricultura. Silvestro et al, (2001), pesquisando agricultores familiares no Oeste Catarinense, consideraram que a educação é um elemento determinante no horizonte profissional de muitos jovens. Os destinos dos que abandonam a propriedade paterna confirma a associação entre a permanência na atividade agrícola e o baixo nível educacional. Conforme Durston (1996), apud Silvestro (2001), acaba ficando na agricultura aquele filho ao qual 'la cabeza no le dá para más.' Com base nesta afirmação investigou-se junto aos jovens se esta tendência coincidia ou não com o estudo de caso proposto.

As pesquisas realizadas em 2004 na escola (jovens filhos de agricultores) e em 2005 (geralmente com o chefe da exploração) apontam algumas diferenças. Quando conversou-se com os jovens, percebeu-se que possuíam um maior envolvimento com as atividades na propriedade, os quais estavam estudando em busca de melhores condições de vida, inclusive fora da agricultura. Já na entrevista realizada nas propriedades encontrou-se poucos casos em que os filhos ainda estavam estudando ou haviam retornado aos estudos. Os filhos residentes na propriedade e que freqüentam a escola, geralmente são crianças. Quanto aos filhos mais velhos que permaneceram na propriedade, ocasionalmente havia algum que concluído o ensino médio. Encontrou-se apenas um caso de jovem agricultor cursando nível superior, sendo que a maioria não concluiu o ensino fundamental. Estudar e permanecer na "colônia" para os agricultores não tem muito sentido. Em relação a esse aspecto, um dos agricultores entrevistados declarou sobre seus filhos:

Estudaram... mas pouco, os mais velhos não quiseram, acharam ruim trabalhá o dia todo na lavoura e estudá.... Eu até falei pro mais velho, a namorada dele é estudante, eles podem casá e seguí estudando. Mas eu não sei se ela vai continuá estudando, se vai ajudá ele depois na colônia. Não sei...

Embora se tenha ouvido alguns relatos sobre casos de filhos que abandonaram a unidade familiar e estão estudando, este não foi o fator principal que levou-os a abandonar o meio rural. Conforme relataram os entrevistados, a falta de condições materiais da família levou alguns de seus membros à buscar trabalho fora; a educação acaba sendo conseqüência da busca por uma vida melhor, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho urbano. Conforme os próprios entrevistados relatam, “na cidade tem que tê estudo.”

Os jovens estudantes geralmente traçavam seus projetos de vida com o foco na cidade. A opinião das moças geralmente é de deixar a propriedade familiar. Nos depoimentos destas vê-se que, diante do tema sucessão, existe maior liberdade em externar seus desejos quanto ao futuro, se comparado com as opiniões dos rapazes, fato explicado pela tendência da terra permanecer na linha masculina:

Comigo ele [pai] já perdeu a esperança [...] não que eu não goste, mas eu não quero aquilo pra mim [...] mas quando ele se irrita com os meus irmãos diz: sabe que isso aqui vai ser de vocês, ele sabe que pelo modo de vida que eles estão levando, vai ficar com um deles, ou com os dois (não estão estudando) a tendência do meu irmão do meio. Eu tenho certeza que eu tô indo e o meu irmão mais velho não gosta de trabalhar, faz por obrigação. O meu irmão do meio que vai tomar conta, é o que mais gosta, a gente sente que ele gosta de trabalhar... (I.S.).

O depoimento abaixo, é de uma moça (filha única) que ainda não definiu seu projeto de vida. Porém, diante da falta de sucessores, a família enfrentará problemas em assegurar a continuidade da exploração familiar:

Eu vou sair da lavoura, mas eu ainda não sei o que eu vou fazer [...] eu preferia morar na cidade, eu acho que tudo é mais fácil. Em casa tem que tá trabalhando todo o tempo, não tem um horário de descanso, na cidade não, trabalha um determinado tempo, depois dá para estudar [quanto a propriedade] Ah... eu não sei, o pai fala muito em vender aquilo lá e comprar na cidade, para quando ficar mais velho.” (T.A.).

Quanto aos rapazes muitos pensam no futuro fora da propriedade familiar e na continuidade dos estudos. Sendo que, alguns afirmaram que optaram por estudar para

deixar a lavoura. Nestes casos, cursos técnicos-profissionalizantes aparecem em destaque na fala dos entrevistados,

[...] Fazer um curso técnico, de mecânica de moto, para ver se eu paro de trabalhar na lavoura. Não é que eu não goste da lavoura, mas do jeito que tá não tem como a gente se manter só da lavoura não dá [...] meu irmão não tem interesse. Eu e meu irmão temos a mesma idéia de fazer o mesmo curso, para ver se podemos trabalhar no mesmo negócio [...] A gente quer continuar mantendo a propriedade, mas não morando nela. Mesmo que plante, bote empregado, mas não para viver da terra. (U.L.).

Eu pretendo me formar em eletrônica, no Cefet³⁵, a parte de eletrônica é o meu interesse [...] eu pretendo colocar um negócio próprio, talvez em Canguçu, é um lugar que eu conheço bem, é um lugar que tem poucos lugares que consertam aparelhos eletrônicos. [quanto a propriedade] Eu venderia em último caso, caso não possa tomar conta, colocaria uns empregados para cuidar, para finais de semana poder vir [...] trabalhar na cidade e vir para a colônia nos finais de semana, descansar um pouco (S.F. Filho único).

Eu quero fazer Cefet em eletrônica aí eu vou ver no que vai dar, e se eu conseguir me formar, eu acho que em eletrônica eu tenho mais chance do que na agricultura. (quanto a propriedade) [...] aí não sei a minha irmã já é casada, já tem terra, eu não sei se vou casar ou não, quase certo que vou, né. Ela já tem a terra dela, se eu me casar a gente pode dividir a terra entre os dois, ou um comprar do outro, claro que é questão para ver no futuro. (P.G.).

Mas há também casos de filhos que pretendem dar continuidade ao trabalho familiar na propriedade, porém, a afirmativa sempre vem depois da seguinte reflexão “eu pretendo sair, estudar e voltar.” O fato de pretender sair para estudar sugere a seguinte pergunta: será que retornarão? O exemplo abaixo é de uma jovem com intenção de trabalhar no meio rural. Neste caso, como esta jovem é filha única a sucessão poderá recair sobre um herdeiro do gênero feminino, sendo este o único caso onde uma moça revela vontade de retornar e assumir a propriedade,

Eu gosto da vida do campo, pretendo fazer faculdade de agronomia, a minha idéia é continuar, deixar a propriedade maior, evoluir. Porém, caso tenha uma oportunidade após terminar a faculdade... se tiver uma oportunidade boa, porque não? A minha intenção é dar continuidade, venderia a propriedade em último caso. Gostaria de fazer a propriedade crescer, sendo filha única, não tem nenhum outro sucessor [...] essa é a minha idéia também, ter o meu próprio negócio, ser empregador, não empregado. (A.J.).

³⁵ Centro Federal de Educação Tecnológica, localizado em Pelotas, RS.

Estes prováveis sucessores, embora tenham vontade de retornar, sabem que para assumir a propriedade, em caso de existir mais de um herdeiro, alguns terão de abrir mão de sua parte, ou negociar com o sucessor. O depoimento abaixo é de um jovem agricultor que se mostrou bastante interessado e até mesmo vocacionado para o trabalho rural. Porém, relata a tendência de quem geralmente fica com a terra e demonstrou sua preocupação de como irá conciliar sua saída para continuar os estudos e o retorno à propriedade. Neste sentido, conforme alude Silvestro (2001), embora o padrão tradicional de transmissão fundiária tenha sofrido mudanças importantes, não resta dúvida que a situação é objeto permanente de preocupação em relação ao futuro:

Olha... eu gostaria de poder estudar bastante e poder voltar, [...] se não tiver aquele problema de separação de terra. Geralmente quem fica com as terras e fica cuidando dos pais é o irmão mais novo [...] se os dois falecerem, aí tem aquele negócio de separar terra... cada um faz o que quiser com a sua terra. Lá em casa já o meu irmão e a minha irmã já declararam que não querem. Eles querem que fique tudo pra mim, então eu não sei como é que eu vou fazer. Ir embora estudar e voltar, se o meu pai e a minha mãe ficarem velhinhos e não puderem trabalhar? Como vai ficar? (C.O.).

CONCLUSÕES

O contato com a realidade investigada e a análise de todas as informações reunidas por intermédio da combinação da metodologia quantitativa e qualitativa, permitiu confirmar a hipótese central proposta neste trabalho, e os objetivos foram igualmente atingidos na sua totalidade. Além disso, identificou-se outros aspectos fundamentais para entender a dinâmica do mundo rural no município de Morro Redondo.

Ficou constatado, na pesquisa, que não há uma estrutura de mercado capaz de absorver a produção dos agricultores; a maioria destes está preparado para produzir, mas como não possuem para quem vender, alguns até estão deixando de produzir, principalmente aqueles produtos básicos que até então eram vistos em profusão nas colônias (batata, cebola dentre outros). Alguns agricultores diante da realidade percebida, passaram a desenvolver um perfil comercial e além de produzir também comercializam seus produtos em feiras livres. Há outros que buscam outras alternativas, como o crescente número de famílias que se associam à produção integrada de fumo.

Outra questão evidenciada diz respeito à inserção nas atividades não-agrícolas no âmbito da família. Para os membros que utilizam desta estratégia, a pluriatividade acaba contribuindo para a manutenção da própria família. No caso das mulheres, também acabam investindo na unidade com a remuneração recebida e tendo papel decisivo, embora pouco reconhecido internamente, como provedora do lar. Esse quadro pode favorecer a melhoria da condição feminina na hierarquia familiar. Com a queda das rendas agrícolas, as atividades não-agrícolas surgem como alternativas principalmente para os jovens que não se sentem mais comprometidos moralmente em reproduzir os papéis de seus pais.

Outro aspecto importante, diz respeito ao papel da previdência social no meio rural. Embora segundo os depoimentos, parte desta seja direcionada para medicamentos, é considerada decisiva para a manutenção das famílias. A importância da previdência para as famílias rurais é comprovada e apresentado em Morro Redondo, onde o envelhecimento é comprovado praticamente todas as unidades, permanecendo no campo um número crescente de

peessoas amparadas pela previdência. Percebeu-se então, que as unidades familiares de Morro Redondo, apesar de terem como característica principal estarem inseridas em um município basicamente agrícola, fazem uso de outros meios para manterem-se no meio rural, principalmente com a vinculação de alguns de seus membros em atividades não-agrícolas e ou via recebimento de recursos da previdência social.

Quanto ao tema da Sucessão Hereditária no âmbito da Agricultura Familiar, o trabalho sugere um universo de questões extremamente complexas. Soma-se isso o fato de ser objeto recorrente de conflitos, em que pese a sucessão ser um “assunto de família”, no qual invariavelmente as pessoas não desejam comentar com estranhos sobre esse tema. Nesta pesquisa ficou evidente que a estrutura fundiária e a organização da produção são fortemente condicionadas pela família e pela herança.

No município investigado, com a escassez de terra e a redução do número de filhos, as unidades domésticas encontram limitações sérias para reproduzir-se, requerendo um processo distinto de herança do que foi no passado, sendo a modernização agrícola (1960-1970) o grande divisor de águas.

Alguns estudos, conforme relata na literatura, evidenciam a masculinização no meio rural. É fato que os assuntos relativos à terra estão centrados na figura masculina, o que repercute no fato de que muitas mulheres acabem abandonando a unidade pois não vêem perspectivas de trabalho na agricultura, sendo desde cedo direcionadas a outras atividades e conseqüentemente, não sendo vistas como gestoras da unidade. Essa situação poderá modificar-se no futuro. O que também percebeu-se com a pesquisa realizada, é que o trabalho feminino não é reconhecido segundo sua importância, embora seja imprescindível para a manutenção da unidade familiar. Todavia, merece uma melhor investigação sobre até que ponto esta situação manter-se-á sustentada na figura masculina, uma vez que o modelo de agricultura familiar exige como pressuposto a existência da família, fato este agravado pelo reduzido número de filhos, aonde todos os membros da família estão sendo levados à redefinição de seus papéis.

Quanto à divisão do trabalho, está presente a distinção de tarefas por gênero, porém, na tomada de decisão há indícios que as relações estão mais flexíveis, ou seja, outros membros da família passaram a participar dos assuntos relativos à unidade familiar. Quanto ao processo sucessório, essa questão não é discutida de forma fluída

no âmbito da família. Há evidências, de acordo com os depoimentos colhidos, que este tema gera conflito interno, ao mesmo tempo em que a sucessão geralmente é tratada entre os possíveis herdeiros, com o enfraquecimento do modelo clássico onde o pai escolhia entre a descendência quem teria melhor perfil para ser o sucessor.

Atualmente, para haver herança para alguns, é necessário que outros sejam excluídos, resultando no processo migratório. Ficou comprovado que os filhos dos agricultores de Morro Redondo estão abandonando a unidade familiar muito cedo, perdendo o vínculo com a atividade e, conseqüentemente, com a terra.

Em Morro Redondo ocorrem situações em que os próprios herdeiros indiretamente decidem entre si quem assumirá a unidade da família, principalmente aqueles que pretendem abandonar a propriedade familiar unidade fazendo certa pressão aos prováveis sucessores para que antecipadamente assumam essa condição. Desse modo, os próprios filhos estão preparando seus destinos.

Quanto ao destino dos jovens e o destino da unidade familiar, atualmente as práticas ou estratégias utilizadas por agricultores familiares vêm sofrendo alterações face aos aspectos que referenciamos anteriormente. Através destas transformações que vem sofrendo o meio rural, percebemos que não seria possível enquadrar nossa unidade de análise dentro dos padrões clássicos regidos pelo minorato ou maiorato, tendo como suporte as informações da pesquisa. Encontramos neste município o que aludem Santos (1997) e Carneiro (2001), cuja abordagem revela que as práticas sucessórias contemporâneas diferenciam-se do modelo tradicional devido à prática de novos comportamentos e estratégias familiares.

Quanto às formas de transmissão de patrimônio encontrou-se apenas um caso, seguindo o padrão tradicional, (tratando-se de herdeiro da terceira geração), em que o herdeiro é filho único, celibatário, o qual, juntamente com a responsabilidade pela unidade de produção, assumiu sua mãe que permanece sob seus cuidados. Este foi o caso que mais se assemelhou ao modelo clássico abordado na literatura. Quanto as demais unidades, na sua maioria ocorrem arranjos no âmbito familiar dos mais diversificados. O falecimento dos pais, especificamente do chefe de família determina, em última análise, o início de um longo e difícil acordo entre os descendentes.

Muitas vezes permanecem na unidade, os pais com um(a) ou mais de um(a) filho(a). O chefe da família divide o comando da unidade com os filhos, ou dependendo

de suas condições (físicas) deixa a unidade sob o controle destes. Diante da pergunta sobre quem é o proprietário da terra, os filhos não se sentem encorajados em intitular-se donos ou sucessores. Como costumam dizer “estão tocando a unidade,” forma encontrada pela família para amenizar o conflito. Esta condição contribui para que não tenham definição quanto aos seus destinos (dos que ficam) para uns, enquanto os outros aguardam pacientemente o momento da sucessão. Quanto aos pais, utilizam-se desse recurso para manter a propriedade indivisa.

É possível dizer que nem sempre o filho mais novo ou o mais velho venha a ser o melhor candidato à sucessão, senão aquele que se mostrar mais capacitado e motivado para assumir a profissão de agricultor. Todavia, 38,7% dos agricultores entrevistados manifestaram inexistência de sucessão em suas propriedades, enquanto 21,0% não souberam ou não quiseram responder. Apenas 37,6% dos agricultores responderam afirmativamente.

O que verificou-se, de acordo com o cenário apresentado, é a falta de atração, principalmente para os jovens, em relação ao meio rural em Morro Redondo, o qual não está sendo visto como local de desenvolvimento profissional para estes. Esta visão aparece identificada com a idéia de que permanecem no meio rural pessoas com educação precária, segundo a asserção de Silvestro (2001): “ou se estuda ou se fica no campo.”

Quanto ao pensamento dos jovens entrevistados, a maioria pretende abandonar o campo. No caso dos rapazes, percebeu-se esse discurso de forma recorrente talvez estejam eles sugestionados, uns pelos outros, por exemplos que conheçam, ou pela influência da escola, bem como pelas condições de vida que o meio rural atualmente oferece. No caso das moças, demonstram maior desprendimento em externar a vontade de abandonar o meio rural. O fato é que a maioria pretende deixar o campo. Outra evidência é de que tanto os rapazes como as moças pretendem manter a propriedade, mas sob outra forma, cogitando a remuneração de terceiros, ou para sítio de lazer. Quanto aos filhos que pretendem ficar na propriedade a maioria tem como prioridade dar continuidade aos estudos, admitindo que diante de oportunidades de trabalho poderiam optar em não retornar para a propriedade familiar.

Ficou claro que a abertura para novas idéias está designando uma releitura dos papéis dos membros da família. As informações obtidas indicam a necessidade de

maior interação entre a família, e a descentralização no processo de decisão contribuirá para que a mulher, filhos e filhas tenham maior envolvimento frente aos problemas e conquistas alcançados na unidade. A descentralização e divisão das tarefas contribuem para a união da família, tornando seus membros mais responsáveis e comprometidos com os resultados da unidade.

Esta pesquisa teve como objetivo principal levantar informações sobre as estratégias de sucessão hereditária em unidades de produção familiares, e, por consequência, estimular o desenvolvimento de novas pesquisas. Assim sendo, acredita-se que o resultado contribui para identificar alguns aspectos relacionados ao planejamento sucessório das unidades de produção familiares, sugerindo o desenvolvimento de novos estudos e investigações sobre o tema.

Essas informações podem ser relevantes e úteis para aperfeiçoar o processo de intervenção estatal na agricultura e no meio rural, sinalizando para a elaboração de políticas agrícolas e estratégias de desenvolvimento local adequadas à realidade dos agricultores, sendo esta uma reivindicação latente da maioria dos entrevistados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar. Disponível em:

<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicações/pdf/asp-1-03-02.pdf> Acesso em 02 fev. 2004.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

BALSAN, R. **A agricultura familiar como locus de desenvolvimento para um “novo” mundo rural: O caso das unidades de produção familiar do 2º distrito, Vila Toroquá – Município de São Francisco de Assis - RS**, Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UEP, 2001.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Bertrand: Rio de Janeiro, 1999**.

BRANDÃO, C. R. Parentes e Parceiros. In: Almeida, M. S. K. de. **Colcha de Retalhos, estudo sobre a família no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. SADE – Banco de dados da Agricultura familiar. Disponível em:

<http://www.incra.gov/sade/municipios.asp> > Acesso em 13/05/2005.

CAMARANO, A. A. e Abramovay, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Texto p/ Discussão nº 621. IPEA, Brasília, 1998.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o “Novo Rural”, in: Campanhola, C. e GRAZIANO da SILVA, J. **O Novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000.

_____ Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, nº 1, 2001.

CASEY, J. **A história da família**. São Paulo: Ática, 1992.

CHAYANOV, A V. **La organización de la Unidad Económica Campenisa**. 1. Ed. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CORTEZ, F. P.; SACCO DOS ANJOS, F.; e CALDAS, N. V. Ainda existe futuro? Agricultura familiar, pluriatividade e incertezas em Morro Redondo. RS. In: **Anais do 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

DEMO, P. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo, Atlas, 2000.

FREITAS, S. M. R de, **Estudos Rio-Grandenses**, SAGRA, 1987.

GARCIA Jr. A. R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, O. **Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

GIRON, L. A imigração italiana no RS: Fatores determinantes. In: LANDO A (orgs). **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

KAUTSKI, K. **A questão agrária** – a evolução da agricultura na sociedade capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LANDO, A, M; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. IN: DACANAL, J. H. (org) **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 09-49.

LENIN, W. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, I. J. Trabalho, herança e gênero: história familiar e jogos de diferença. **Revista Temática**. N. 11/12 1998.

MARX, K. **O capital**. 3.ed. v.2. O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, M. A . et al. **Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar**. Agric. São Paulo, 50(1), p. 11, 24, 2003.

MELO, V. L. de F. **Influências das características dos sistemas de gestão no processo sucessório das unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga – RS**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2003.

MINAYO, M. C. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, M. M. Os herdeiros da terra: Parentesco e Herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978, apud MACHADO, Igor José de. "Trabalho, herança e gênero: história familiar e jogos de diferença". **Revista Temática**. N. 11/12 1998.

_____ **Os camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL. J. H. (Org.) **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.08, abril, 1997.

OLIVEIRA, A U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3^o ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

RIBEIRO, E. M. A formação de dirigentes rurais no Brasil e o problema da sucessão nos anos 1990. Disponível em:

<http://www.dae.ufla.br/biblioteca> Acesso em 05 mar. 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, J. **A Imigração alemã no RS**. Globo: Porto Alegre, 1969.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação: o Caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)**. Dissertação de Mestrado. Depto Sociologia. URGs. POA, 1994.

_____ Colonos ou operários: quem vai ficar com a terra? **Universidade e Sociedade**, nº 8, fevereiro, 1995.

_____ **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagregação. **Ensaio FEE.** jun. v. 26, nº 1., p. 661-694, 2005.

SALAMONI, G. **Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas RS.** Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2000. Tese de Doutorado.

SANTOS, R. O. Sucessão Agrícola – Um estudo de caso entre Douro e Minho. Disponível em:
<<http://www.isa.utl.pt/deasr/publicações>> Acesso em 07 set. 2004.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SEYFERTH, G. **Imigração e Cultura no Brasil.** Brasília: Editora da UNB, 1990.

_____ Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro, In: **Boletim do Museu Nacional**, nº 52, maio, 1985.

SILVESTRO, M. L. et. al. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar.** Florianópolis: Epagri, Brasília: NEAD/ Ministério D. Agrário, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês no capital.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

TEDESCO, João Carlos. (Org) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ULLRICH, C. D. As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul. In: **Ensaio FEE.** Porto Alegre, v. 1. nº 1, jun. 1980.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (org.): **Agricultura Familiar**: realidade e perspectivas, Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.23-56. 394 p.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

ZERO HORA. A nova família brasileira. Disponível em:
<[http:// zh.com.br/editoria/geral/](http://zh.com.br/editoria/geral/)> página 22,23 Acesso em 29 dez. 2003.

APÉNDICE

Apêndice A

ROTEIRO ENTREVISTA (JOVENS)

Nome:
Localidade:

Idade:
Área:

1. Composição família.

2. Forma obtenção propriedade familiar.

3. Divisão Trabalho.

3.1. Aprendizado, inserção trabalho.

3.2. Divisão Gênero.

3.3. Motivação Trabalho.

4. Futuro da propriedade.

4.1. Estratégias família em relação propriedade.

5. Estratégias coletivas, individuais em relação ao futuro.

5.1. Escolaridade.

5.1 Relação campo/cidade limites e possibilidades.

Apêndice B

ROTEIRO ENTREVISTAS (AGRICULTORES)

Nome:

Localidade:

Idade:

Área:

1. Composição da família (nº filhos, outros parentes).

2. Trabalho propriedade.

2.1. Divisão trabalho, hierarquia, divisão gênero.

2.2. Motivação para o trabalho.

3. Forma aquisição propriedade.

3.1. Propriedade Familiar, forma divisão herança.

4. Renda Familiar.

4.1. Agrícola, Não agrícola, Recursos Previdenciários.

5. Futuro propriedade.

5.1 Estratégias para a sucessão.

6. Jovens, Educação e Sucessão.

7. Cenário atual limites e possibilidades.